



Reforma política volta à pauta de discussões

PÁGINAS 7 E 8

SUBCOMISSÃO QUER OUVIR BANCOS SOB LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

PÁGINA 5

Tuma: benefício a portadores de hepatite C ou B

PÁGINA 5



cidadania

PAULA SIMAS



Mais de 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalham no Brasil, em desrespeito à lei, segundo pesquisa do IBGE

Trabalho rouba a infância dos brasileiros

PÁGINA 16

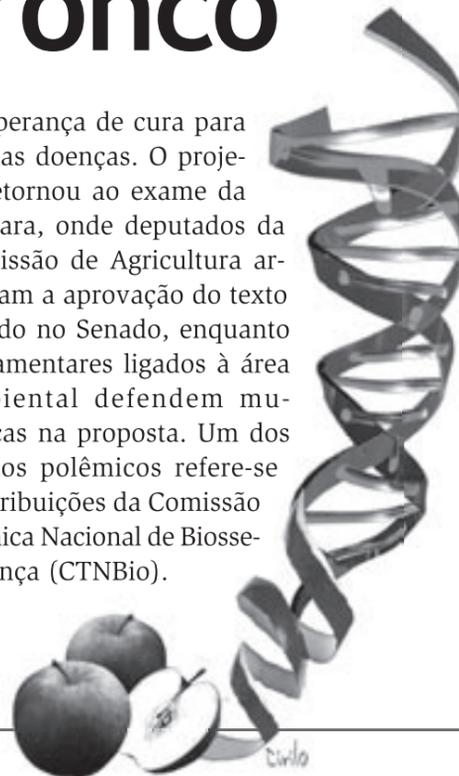
Lei de Biossegurança é aprovada em Plenário e retorna ao exame da Câmara dos Deputados

Porta aberta para transgênico e pesquisa com célula-tronco

Depois de longo debate, o Senado aprovou o projeto da Lei de Biossegurança que autoriza o plantio de soja transgênica já na próxima safra, assim como o uso de células-tronco de embriões congelados há mais de três anos e que não seriam utilizados em processo de fertilização. Essas células têm a propriedade de transformar-se em diferentes tecidos do corpo humano e representam

a esperança de cura para muitas doenças. O projeto retornou ao exame da Câmara, onde deputados da Comissão de Agricultura articulam a aprovação do texto votado no Senado, enquanto parlamentares ligados à área ambiental defendem mudanças na proposta. Um dos pontos polêmicos refere-se às atribuições da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

PÁGINAS 3 E 4



Plenário retoma votações no dia 19

PÁGINA 6

MULHERES

Projeto aprovado no Senado retira do Código Penal expressões que discriminam a mulher.

PÁGINA 2

MAIS DINHEIRO

Empréstimos de US\$ 605 milhões do Banco Mundial ao Brasil têm aprovação do Senado.

PÁGINA 5

TURISMO

Subcomissão de Turismo convidará autoridades para debater Estatuto do Estrangeiro.

PÁGINA 5

Gil solta a voz em defesa de recursos para a cultura

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, pediu apoio dos senadores para duas emendas ao Orçamento de 2005 que acrescentam R\$ 180 milhões aos recursos da pasta. Em reunião na Comissão de Educação, Gil informou que R\$ 100 milhões destinam-se à preservação de museus, e os outros R\$ 80 milhões a programas de estímulo à leitura. O presidente da comissão, senador Osmar Dias, prometeu apoio à reivindicação de Gil.

PÁGINA 4



J. FREITAS

SIM E NÃO

Gilberto Mestrinho e Fátima Cleide mostram por que as ONGs devem ou não sofrer maior controle.

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
FRASES	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

agenda

COMISSÕES

PREVISÃO

Não estão previstas reuniões das comissões permanentes do Senado durante esta semana. Elas voltam a se reunir a partir do dia 18 de outubro, quando devem discutir as seguintes questões:



CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rádios públicas – O conselho promove homenagem às rádios públicas brasileiras, por ocasião dos 50 anos de morte de Roquette Pinto, um dos patronos da radiodifusão no Brasil.

Relatórios – As comissões temáticas do conselho apresentam ao colegiado os relatórios dos seus trabalhos. Atualmente existem cinco comissões que discutem os seguintes temas: regionalização da programação, tecnologia digital, radiodifusão comunitária, TV a cabo e concentração na mídia.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

Parcerias público-privadas – Na próxima reunião da CAE, está prevista uma audiência pública para discutir o projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs), em tramitação no colegiado (PLC 10/04). Foram convidados o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy; o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca; o presidente do Grupo Trevisan, Antoninho Marmo Trevisan; e o representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (AAPBB) José Adrião de Sousa.



CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Crimes contra o sistema financeiro – Tramita na comissão projeto que pune com maior rigor os crimes contra o sistema financeiro nacional (PLS 170/04). O projeto altera dispositivo da Lei do Colarinho Branco e pune com 3 a 12 anos de reclusão a pessoa que gerir fraudulentamente instituições financeiras. **Autor:** senador Ramez Tebet (PMDB-MS). **Relator:** senador Maguito Vilela (PMDB-GO).



ASSUNTOS SOCIAIS

Greve dos bancários – Os senadores podem promover audiência pública a fim de discutir a greve dos bancários. Devem participar da reunião representantes do comando de greve, da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e do Ministério do Trabalho.



DECISÕES

Código Penal deixa de discriminar a mulher

O Senado aprovou substitutivo da senadora Serys Slhessaenko (PT-MT) ao projeto de lei (PLC 103/2003) da Câmara que moderniza o Código Penal, com a retirada de expressões anacrônicas de dispositivos que dizem respeito a crimes sexuais cometidos contra a mulher. Entre outras modificações, o projeto retira o qualificativo “honesta” que acompanha o substantivo “mulher” nos tipos penais de três artigos do código.

Em sua justificativa, a senadora afirma que a matéria traz importante contribuição para o aperfeiçoamento do Código Penal, observando que a expressão “mulher honesta” suscita juízos de valor e tem caráter discriminatório. Os artigos 205, 206 e 207 do código exigem que “a mulher prove ser honesta, para

poder processar seu agressor”, o que, ressalta a senadora, “configura um absurdo”.

Configuração de crime de rapto consensual

O projeto também reduz o intervalo etário para que seja configurado o crime de rapto consensual, que passa de 14 a 21 anos para 14 a 18 anos.

Serys argumenta que até mesmo o novo Código Civil outorgou às mulheres maiores de 18 anos a capacidade absoluta de contratar e tomar decisões que produzam efeitos jurídicos, “não havendo razoabilidade em punir penalmente quem rapta uma maior de 18 anos”.

Outra alteração introduzida é a inclusão dos homens como vítimas de tráfico internacional para fins de exploração sexu-

Projeto retira da redação de artigos expressões que suscitavam juízos de valor



ROOSEVELT PINHEIRO

Substitutivo de Serys recebeu voto simbólico no Senado

al. A senadora esclarece que os homens também têm sido vítimas desse tipo de crime, principalmente em tráfico transnacionais. A proposição tipifica, ainda, o crime de tráfico interno de pessoas, abrangendo homens e mulheres, tendo em vista que atualmente só é previsto para crianças e adolescentes.

O substitutivo foi aprovado no Senado por voto simbólico, bem como seu turno suplementar. O projeto volta à Câmara dos Deputados para nova votação, por ter sido modificado durante sua tramitação no Senado.

Plenário



06/10/2004 - ROOSEVELT PINHEIRO

As sessões desta semana serão não deliberativas. Sem a votação de projetos, são destinadas aos pronunciamentos dos senadores e aos comunicados da Mesa diretora. De segunda a quinta, o Plenário inicia os trabalhos às 14h30. Na sexta, a sessão começa às 9h. A partir do dia 18 de outubro, quando serão retomadas as votações, o Senado discute, em primeiro turno, as seguintes propostas de emendas constitucionais:

Presidente - A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 64/99 obriga o presidente da República a comparecer ao Congresso na abertura da sessão legislativa para apresentar a mensagem e o plano de governo. **Autor:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros. **Relator:** então senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Orçamento - O projeto em discussão torna o orçamento impositivo (PEC 22/00), obrigando que o governo execute a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso. Na prática, impede medidas como o contingenciamento de recursos. **Autor:** senador Antonio

Carlos Magalhães (PFL-BA). **Relator:** senador César Borges (PLF-BA).

Fundef - A proposta que duplica o prazo a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) será discutido em primeiro turno durante a semana (PEC 29/02). **Autor:** então senador Francisco Escórcio (PMDB-MA). **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

Idosos - Será discutida em primeiro turno a proposta que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). **Autor:** senador Maguito Vilela (PMDB-GO). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Agências reguladoras - Os princípios da atividade regulatória constam da Proposta de Emenda à Constituição 81/03. De acordo com o texto, as agências reguladoras devem promover o funcionamento dos mercados, inclusive os serviços públicos em regime de autorização, concessão ou permissão, respeitando os interesses

do poder público, do consumidor e das empresas. Prevê ainda o controle externo das agências. **Autor:** Tasso Jereissati (PSDB-CE). **Relator:** Demostenes Torres (PFL-GO).

Cultura - Consta da pauta proposta que cria o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual (PEC 57/03). A iniciativa busca o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que promovem defesa do patrimônio cultural brasileiro, a formação de pessoal qualificado para a gestão cultural, entre outros. **Autor:** deputado Gilmar Machado (PT-MG). **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

Linguagem inclusiva - Está na pauta do Plenário projeto que obriga as leis e decretos governamentais a usarem linguagem inclusiva, ou seja, aplicarem vocábulos masculinos somente quando se referir a homem, sem que seu alcance seja estendido à mulher; e utilizar o gênero feminino sempre que tratar de referência à mulher. **Autor:** deputada Iara Bernardi (PT-SP). **Relator:** senadora Serys Slhessaenko (PT-MT).

Senado envia voto de louvor a premiada com Nobel da Paz

Por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), o Senado enviou voto de aplauso à queniana Wangari Maathai, por ter sido agraciada com o Prêmio Nobel da Paz de 2004.

Em seu requerimento, Paim

ressaltou as ações de Wangari Maathai em prol de um desenvolvimento sustentável, notadamente no meio ambiente, e considerou sua premiação como fato de grande significação internacional.

Aprovadas indicações para embaixadas e tribunais

O Senado acolheu dez indicações do presidente Lula para embaixadas, tribunais e agências reguladoras. O primeiro nome aprovado foi o do general Antônio Aparício Ignácio Domingues, para o Superior Tribunal Militar (STM). Em seguida, Gregório de Souza Rabelo Neto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga de Anália Ferreira Martins. Outro nome para a ANTT foi o de José Aírton Félix Cirillo da Silva, para a vaga de Luís Afonso dos Santos Senna.

Também foram confirmados José Vicente Pimentel para a Embaixada do Brasil na Índia; Antonio José Maria de Souza e Silva, para o Timor Leste; Luiz Antônio Gomes, para o Irã; Eduardo Prisco Paraíso Ramos, para El Salvador; e Cesário Melantônio Neto, para a Turquia.

Para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), foram aprovados os nomes de Plínio de Aguiar Júnior, na vaga de Antônio Carlos da Silva, e Elifas Chaves Gurgel do Amaral, na vaga de Luís Guilherme Schimura.

BIOSSEGURANÇA Plenário do Senado aprova lei depois de longo debate e negociações com o governo federal

Transgênicos e células-tronco em alta

A Lei de Biossegurança foi aprovada na quarta-feira da semana passada pelo Plenário, por 52 votos a favor, 2 contrários e 3 abstenções, depois de um longo debate no Senado e de negociações com o governo federal. A proposta – em forma de substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – modificou o projeto aprovado na Câmara em dois pontos principais, ao permitir o uso de células-tronco de embriões em pesquisas e dar à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autonomia para decidir sobre pesquisa, plantio, comercialização e transporte de produtos geneticamente modificados (OGMs).

O projeto permite a produção e comercialização de sementes transgênicas de soja tolerante

ao glifosato. Fica autorizado o plantio e a comercialização da safra de soja transgênica 2004/2005, com os grãos estocados pelos produtores. Entretanto, as sementes obtidas na safra a ser plantada não poderão ser comercializadas.

Projeto volta ao exame da Câmara

Por ter sofrido modificações, a proposta volta, agora, para a Câmara, onde o tema causou, no primeiro semestre, uma queda-de-braço entre parlamentares identificados com a posição dos ambientalistas e representantes dos ruralistas e das áreas de pesquisas em biotecnologia. Na Câmara, o substitutivo do deputado Renildo Calheiros (PcdoB-PE) incorporou as principais rein-

vindicações dos ambientalistas, que defendiam menos poder à CTNBio. Por outro lado, as pressões da bancada evangélica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) derrubaram o dispositivo que previa a utilização de células-tronco de embriões em pesquisas.

No Senado, o projeto foi discutido em audiências nas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). Na CE, foi aprovado substitutivo



Senadores de diferentes partidos comemoram aprovação da proposta em Plenário

de Osmar Dias (PDT-PR), mas a versão final coube a Ney Suassuna. Relator nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Suassuna incorporou as principais propostas de Osmar Dias.

Debate marcado por divergências

As dúvidas e divergências que marcaram a discussão do projeto encaminhado pelo Executivo ao Congresso no fim do ano passado ocorreram, também, durante a votação do relatório de Suassuna. Uma emenda apresentada por Heloísa Helena (PSOL-AL) propunha a proibição de pesquisa, utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso (caso do gene *terminator*).

– Alguns senadores, como Osmar Dias, argumentaram que a emenda descaracterizava o projeto, mas depois ficou claro que eu havia acatado apenas parcialmente a emenda, excluindo a proibição de pesquisa – explicou Ney Suassuna.

O projeto do Senado permite, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco

embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados em procedimentos de reprodução. Coloca limites ao uso de embriões estabelecendo que eles precisam estar congelados há três anos ou mais, da data de publicação da lei. Caso já estejam congelados nesse período, mas não tenham alcançado o prazo estipulado, será necessário que completem três anos de congelamento.

Os embriões estocados só poderão ser usados em pesquisa com a permissão dos genitores.

Existem estocados em laboratórios no país

cerca de 30 mil embriões em condições de servirem para pesquisas voltadas para enfrentar doenças degenerativas. O projeto proíbe a clonagem terapêutica, o que permitiria a multiplicação desses embriões, e quem descumprir a determinação estará sujeito a pena de até cinco anos de reclusão.



Ney Suassuna explica que acatou apenas parcialmente emenda que gerou polêmica

Maiores poderes para a CTNBio

A proposta da Câmara sofreu modificações no Senado no que se refere às atribuições da CTNBio. Mesmo antes do envio do projeto ao Congresso, havia divergências entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência e Tecnologia sobre o papel da CTNBio. O MMA queria restringir a autonomia da comissão, obrigando-a a ouvir os órgãos fiscalizadores antes de deliberar sobre transgênicos. O projeto da Câmara atribuiu à

CTNBio poder para decidir sozinha apenas sobre pesquisas.

No Senado, a CTNBio teve o seu poder ampliado para emitir pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de organismo geneticamente modificado (OGM), com base na avaliação de risco zootossanitário, à saúde humana e ao meio ambiente. Caberá, ainda, à CTNBio deliberar sobre importação de OGMs e seus derivados e

classificar os OGMs segundo a classe de risco.

Gene terminator só em pesquisa

A utilização, comercialização, registro, patenteamento e o licenciamento de sementes modificadas de tal forma que produzam sementes estéreis, processo conhecido como gene *terminator*, ficam proibidos, de acordo com o texto aprovado. Esse tipo de semente só poderá ser usado em pesquisa.

A CTNBio contará com 27 integrantes: 12 especialistas de notório saber, além de representantes de nove ministérios e um da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. A instância superior à CTNBio será o Conselho Nacional de Biossegurança, que irá deliberar quando decisões tomadas pela CTNBio forem contestadas pelos órgãos fiscalizadores (Anvisa e Ibama).

Os alimentos destinados ao consumo humano ou animal, que contenham OGM ou derivados, deverão informar isso em seus rótulos.

Principais pontos do projeto

✓ A CTNBio fica responsável por deliberações sobre pesquisa, produção, cultivo, comercialização e o transporte de organismos geneticamente modificados, cabendo à comissão decidir quando será necessário pedir aos órgãos de fiscalização (Ibama e Anvisa) a realização de estudos de impacto ambiental.

✓ Autoriza o uso de embriões congelados há mais de três anos e que não seriam utilizados em processos de fertilização, em pesquisas que envolvem o uso de células-tronco. Essas células têm a propriedade de transformar-se em diferentes tecidos do corpo humano.

✓ Fica proibida a clonagem humana ou a manipulação de embriões para fins reprodutivos.

✓ Será criado o Conselho Nacional de Biossegurança (CNB), composto por 11 ministros, uma instância superior à CTNBio que irá arbitrar casos em que decisões tomadas pela comissão forem questionadas. Órgãos e entidades de registro poderão recorrer ao CNB em até 30 dias e o conselho deverá decidir sobre a questão em 45 dias.

✓ Permite plantio de soja transgênica que entrou ilegalmente no Brasil da safra 2004/2005, e proíbe a comercialização da produção como semente.

Verdes contestam, ruralistas pressionam

Enquanto parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara já iniciaram uma articulação em favor do texto da Lei de Biossegurança aprovado no Senado, parlamentares ligados à área ambiental querem modificar o projeto, como o líder do Partido Verde na Câmara, Ed-

son Duarte (BA). O deputado afirmou que o texto do Senado “representa um retrocesso para o país”. Os verdes estão fechados em torno da

aprovação do uso de embriões humanos em pesquisas com células-tronco, dispositivo que foi introduzido no Senado, mas adiantam que irão lutar para diminuir o poder concentrado na CTNBio, na tentativa de restabelecer o que havia sido aprovado na Câmara. Um dispositivo obrigava a comissão a ouvir os órgãos técnicos do governo sobre o impacto ambiental de projetos envolvendo transgênicos.

Já os integrantes da Comissão de Agricultura têm a expectati-

va de que a Câmara ratifique o texto do Senado. Essa posição foi manifestada em reunião realizada na semana passada pelo presidente da comissão, deputado Leonardo Vilela (PT-GO), que considera o texto do Senado “melhor” do que o aprovado na Câmara.

A discussão do projeto terá início em meio à pressão dos ruralistas, que cobram do governo a edição de medida provisória (MP) autorizando o plantio da safra 2004/2005. O plantio vai de outubro até dezembro. Essa autorização está prevista no projeto da Lei de Biossegurança, mas como o período de plantio já começou, os produtores querem garantir a edição de uma MP, a exemplo do que ocorreu no ano passado.

O Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e a organização Greenpeace manifestaram-se contra os poderes, que consideram excessivos, atribuídos ao CTNBio pelo projeto acolhido no Senado.



Classificação de transgênicos caberá à CTNBio, segundo a proposta que será agora analisada pela Câmara dos Deputados

BIOSSEGURANÇA

O que disseram

"Vamos ser realistas. Se o Congresso não aprovar uma lei para os transgênicos, sementes de outros países vão entrar aqui de forma ilegal e dominar nossas plantações"

Ney Suassuna

"O substitutivo de Suassuna representa uma evolução, comparativamente ao texto aprovado pelos deputados"

José Jorge



"O substitutivo aprovado é a alternativa para evitar o plantio clandestino de soja transgênica"

Jonas Pinheiro

"O substitutivo é uma resposta à sociedade brasileira, que anseia pela votação desse projeto"

Lúcia Vânia

"A aprovação dessa matéria abrirá uma esperança para milhares de pessoas, principalmente para as crianças"

Tasso Jereissati



"O projeto da Lei de Biossegurança, especialmente em relação à pesquisa com células-tronco, deveria ter discussão mais acurada"

Flávio Arns

"Estamos tendo uma postura rara no Congresso com relação a essa matéria: pragmatismo"

Sérgio Cabral

"Se as células embrionárias que não serão utilizadas para reprodução assistida não podem ser utilizadas para a pesquisa, para buscar a cura de doenças das pessoas que hoje não têm nenhuma esperança, para que poderão ser utilizadas?"

Osmar Dias



"O Senado vive um momento de grandeza e de responsabilidade ao votar um tema tão importante, que envolve também o uso de células-tronco"

Tião Viana

"Demos um passo pequeno diante da dimensão do que tem de ser feito em relação à pesquisa com células-tronco"

Mozarildo Cavalcanti

"A Lei de Biossegurança permitirá que o Brasil tenha biotecnologia avançada, fazendo com que seja o celeiro número um do planeta"

Juvêncio da Fonseca

"Não precisamos comprar tecnologias de ninguém, nem sequer pagar royalties. É hora de abrir os cofres públicos para a pesquisa"

Hélio Costa



"Cientistas têm provas de que alimentos transgênicos causam problemas de saúde, como o câncer"

Heloísa Helena

"Não há unanimidade com relação às vantagens para a autorização do plantio de produtos transgênicos"

João Capiberibe



"Os integrantes da Comissão de Educação conseguiram encontrar um ponto de equilíbrio, contemplando os católicos que defendem o direito à vida e aqueles que defendem o direito dos portadores de doenças genéticas e degenerativas de utilizarem as células embrionárias para terem uma vida melhor"

Eduardo Suplicy

"Lamento que especialmente a questão dos embriões não tenha sido discutida de maneira mais adequada. Nossa preocupação é no sentido de garantir avanços que permitam a busca da salvação de tantas e tantas pessoas"

Eduardo Azeredo

"A utilização de sementes transgênicas na agricultura vai poupar a terra de agrotóxicos, deter o avanço sobre áreas intocadas e diminuir os custos"

Leomar Quintanilha

"A nova lei dará uma base legal definida para o desenvolvimento do país, incrementando o agronegócio"

Aelton Freitas

COMISSÕES

Gil pede mais verba do Orçamento para cultura

Durante reunião na Comissão de Educação (CE), na semana passada, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, pediu apoio para duas emendas ao Orçamento de 2005 que acrescentam R\$ 180 milhões aos recursos originalmente destinados àquela pasta. Gil informou que R\$ 100 milhões seriam usados na preservação de museus e os outros R\$ 80 milhões em programas de estímulo à leitura. O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), disse ao ministro que se esforçará para que essas verbas sejam incluídas nas emendas que a comissão tem direito de propor ao Orçamento da União.

– Estamos realizando o maior investimento na área de conservação de museus e de recuperação do nosso patrimônio histórico e precisamos de mais recursos para continuar – afirmou o ministro, referindo-se à Política Nacional dos Museus.

Em relação à segunda emenda, Gil explicou que ela vai ajudar a atingir a meta de o país não ter mais municípios sem uma biblioteca pública, permitindo a instalação de 200 delas em centros urbanos.

Com o pleito, Gil quer atingir o patamar de 1% do Orçamento destinado ao Ministério da Cultura, índice mínimo recomendado pela Unesco. Nos últimos anos, a pasta tem sido a de menor fatia



Ormar Dias (E), presidente da CE, promete ao ministro empenho para incluir recursos nas emendas que a comissão deverá propor

dos investimentos previstos no Orçamento da União.

A proposta do ministro recebeu

apoio dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Cristovam Buarque (PT-DF).

Ano	MinC	Total	%
2000	286.625	1.012.807.272	0,02
2001	339.189	950.202.360	0,03
2002	391.277	650.409.608	0,06
2003	388.570	1.036.056.083	0,04
2004	344.987	1.457.686.682	0,02
2005	441.408	1.580.757.468	0,02

Valores em R\$ 1 mil. Dados relativos à previsão orçamentária (fiscal e da seguridade).
Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Tarso confirma presença em debate sobre cotas

O ministro da Educação, Tarso Genro, confirmou sua vinda à CE, para participar de audiência que vai analisar o sistema de cotas nas universidades. Tarso conversou por telefone com o presidente da CE, Osmar Dias, depois da interferência da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), evitando assim votação

de requerimento do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) convocando o ministro – o que tornaria a vinda obrigatória – sob a alegação de que Tarso não teria respondido a convites anteriores para participar dos debates.

O governo editou uma medida provisória (MP) regulamentando a política de cotas. Além da MP,

tramitam um projeto do Executivo e vários de parlamentares, entre os quais a proposta da então senadora Íris de Araújo que garante vagas para alunos carentes. A apreciação do relatório do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), favorável à matéria (PLS 215/03), foi adiada para depois da audiência pública.

Aelton é vice na Comissão do Ano da Mulher

A Comissão Especial do Ano da Mulher/2004 elegeu como vice-presidente o senador Aelton Freitas (PL-MG, foto). A presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou a importância da participação de "homens sensíveis e gentis" na luta contra a discriminação e pela busca da igualdade de direitos.

– Não queremos passar da condição de oprimidas para a de opressoras – afirmou.

Serys também anunciou que foi aprovada a proposta, feita pela representação

brasileira no Parlatino, para que o ano de 2005 seja dedicado às mulheres latino-americanas. Ela lembrou que o Brasil foi o primeiro país do mundo a dedicar um ano (2004) à reflexão e defesa dos direitos das mulheres.

A senadora convidou os demais senadores a participarem da videoconferência que envolverá o Senado e as assembleias legislativas municipais, em que será feita avaliação da participação e do desempenho de candidatas nas recentes eleições.



COMISSÕES

Empréstimo reforça as reservas internacionais

Dois empréstimos do Banco Mundial (Bird) para o Brasil, no valor total de US\$ 605 milhões, foram autorizados pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião da terça-feira passada (5). O primeiro financiamento, de US\$ 505 milhões, vai reforçar as reservas internacionais do país. Segundo o relator da matéria, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), o Brasil cumpriu as metas de preservação ambiental que condicionavam o financiamento. Com isso, os recursos poderão ser desembolsados de uma só vez até dezembro deste ano.

Os outros US\$ 100 milhões serão usados pela União para financiar parcialmente a segunda etapa do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus II). A CAE aprovou requerimento de urgência para a tramitação das duas matérias, que assim puderam ser aprovadas pelo Plenário já no dia seguinte.

Os recursos do empréstimo maior são a primeira de três parcelas anuais, totalizando US\$ 1,2 bilhão, com prazo de pagamento de 17 anos.

Fernando Bezerra citou as metas de preservação ambiental cumpridas pelo Brasil, entre elas a reorganização do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – inclusive com a



Relatórios favoráveis à aprovação dos empréstimos pela CAE lembram que Brasil tem cumprido metas de proteção ambiental

contratação de 700 profissionais para a carreira de especialista em meio ambiente –, além da aprovação da lei de proteção da Mata Atlântica, em dezembro passado, pela Câmara dos Deputados.

O que prevê o Programa para a Sustentabilidade

O propósito do programa firmado entre o Brasil e o Banco Mundial é aumentar a eficiência e eficácia do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e inserir o tema do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais transversalmente nas instâncias decisórias do governo, especialmente no planejamento econômico. Estão previstas medidas institucionais e políticas, tais como:

a) aumentar a transparência e o controle social do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama);

b) melhorar a efetividade do Sisnama por meio da melhor coordenação e definição mais clara das responsabilidades entre os três níveis governamentais;

c) promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia e a proteção de outros ecossistemas importantes;

d) melhorar a gestão dos recursos hídricos por meio de uma maior descentralização, melhor administração local e mais autonomia financeira.

Objetivo do Vigisus é reduzir a mortalidade

Relatora do empréstimo de US\$ 100 milhões para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus II), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o programa pretende reduzir a mortalidade e outras conseqüências causadas pelas doenças transmissíveis e não-transmissíveis. O investimento total do programa é de US\$ 600 milhões, em três fases, com

desembolsos divididos entre o Bird (50%) e os governos federal, estaduais e municipais. Todos os recursos devem estar liberados até dezembro de 2008.

O Vigisus II está incluído no Plano Plurianual (PPA) de investimentos do governo federal para o período 2004/2007, com uma previsão de R\$ 978 milhões em recursos para o quadriênio.

O Banco Mundial tem atuado no Brasil desde 1949, quando foi firmado o primeiro empréstimo do Bird ao país (US\$ 75 milhões para a área de energia e telecomunicações). Desde então, o banco já apoiou o governo brasileiro em mais de 380 operações de crédito, que somam mais de US\$ 33 bilhões.

Mercosul pode ganhar Parlamento consultivo

O Parlamento do Mercosul pode começar a funcionar a partir de 2006, exercendo, porém, uma função muito mais política do que legislativa. A previsão foi feita pelo presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), após reunião para discutir a criação desta Casa legislativa com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e o deputado uruguaio Ronaldo Pais, que

preside a comissão conjunta em seu país.

O Parlamento do Mercosul seria um órgão consultivo do bloco continental. Para a formação inicial, cada país indicaria seus representantes obedecendo à proporcionalidade dos partidos em seus congressos nacionais. Depois, seriam escolhidos por eleição direta e atuariam no Parlamento em grupos políticos formados por afinidade ideológica. Hoje, os acordos do Mercosul

são analisados por comissões parlamentares conjuntas.

O Parlamento, segundo Dr. Rosinha, será muito importante para consolidar a integração política dos países do bloco, além de incentivar a criação de uma “identidade comum” para os cidadãos das nações integrantes do Mercosul. Para o deputado Ronaldo Pais, o interesse de brasileiros e uruguaios na implantação da instituição pode acelerar as discussões.

Projeto isenta de IR portadores de hepatite C ou B

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou relatório favorável ao projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui os portadores da hepatite C ou B, em sua forma crônica, entre os contribuintes isentos do Imposto de Renda. O relatório da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), lido pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), rejeitou o substitutivo da Câmara dos Deputados.

No seu relatório, Ana Júlia justificou a sua proposta de rejeição ao substitutivo da Câmara dos Deputados, por questionar as mudanças feitas naquela Casa estendendo aos portadores de hepatopatias graves alguns benefícios concedidos aos infectados com o vírus HIV e aos doentes de Aids. O projeto de Tuma (foto) deverá, agora, ir direto para o Plenário.



ROOSEVELT PINHEIRO

Subcomissão avalia liquidações extrajudiciais pelo Banco Central

Para avaliar e acompanhar a liquidação extrajudicial de cerca de uma centena de instituições financeiras sob responsabilidade do Banco Central, a Subcomissão Temporária de Liquidação Financeira aprovou requerimento dos senadores Edison Lobão (PFL-MA)

- foto -, com acréscimo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), convidando um representante da direção de cada um desses bancos e seu respectivo liquidante indicado pelo Banco Central. Eles começarão a ser ouvidos dia 19, “se houver esforço concentrado”, ressaltou o presidente da subcomissão, senador Aelton Freitas (PL-MG).



ROOSEVELT PINHEIRO

Subcomissão debate Estatuto do Estrangeiro

A Subcomissão de Turismo aprovou requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) que convida o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, o presidente da Associação dos Magistrados Federais,

Jorge Maurique, e o representante da Confederação Nacional do Comércio, Humberto Figueiredo, para debater a proposta do novo Estatuto do Estrangeiro. Pavan (foto) também teve aprovado requerimento que convida o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, para debater o orçamento de sua pasta para 2005. Outros requerimentos aprovados, dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Serys Slhessarenko (PT-MT), respectivamente, convidam o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, para discutir criação de um canal de TV para divulgar o Brasil no exterior, e o presidente da Embratur, Eduardo Sanovics, para falar da implantação dos escritórios brasileiros em todos os continentes.



MOREIRA-MARIZ

Novas datas lembram negros e prevenção da obesidade

Os senadores da Comissão de Educação (CE) aprovaram dois projetos que instituem o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade. Por serem terminativas na comissão, as duas matérias podem seguir direto para exame da Câmara, a menos que um mínimo de nove senadores apresente recurso para apreciação pelo Plenário.

A data alusiva à consciência negra, proposta pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), será dia 20 de novembro, que marca a morte do líder negro Zumbi dos Palmares. A relatora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), destacou o desejo da autora de criar um instrumento político para

estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito pela sociedade brasileira.

– Se a história criou, espontaneamente, um mecanismo para encobrir, a sociedade política cria, conscientemente, uma instituição reflexiva para revelar – diz o relatório.

Já o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade (11 de novembro) recebeu voto favorável do relator, senador Aelton Freitas (PL-MG). Segundo o autor, senador Tião Viana (PT-AC), que é médico, a idéia é lembrar que a obesidade é uma questão de saúde pública. Na discussão da matéria, o senador Cristovam Buarque (PT-DF), que se absteve na votação, disse que preferia instituir um dia de combate à fome no país.

PLENÁRIO

Votações devem ser retomadas no dia 19

O Plenário e as comissões do Senado só voltam a apreciar projetos no dia 19 de outubro. A decisão foi tomada pelo presidente José Sarney em reunião com líderes partidários. Até lá, as sessões plenárias serão dedicadas apenas a discursos parlamentares. Na semana passada, dois projetos de lei foram aprovados pelos senadores. Por falta de quórum, nenhuma das sete propostas de emenda à Constituição (PEC) foi discutida, entre as quais matérias importantes como a reforma do Judiciário e a que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Quando as votações forem retomadas, há a possibilidade de que a pauta do Senado esteja trancada por medidas provisórias vindas da Câmara. Então, 19 MPs com prazo de vigência vencido estarão aguardando deliberação dos deputados.

Uma vez aprovadas, elas chegam ao Senado já obstruindo a pauta, o que pode adiar mais uma vez a votação da reforma do Judiciário. O acúmulo de MPs levou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a condenar o excesso de medidas editadas pelo presidente Lula.

Sessões plenárias da semana serão dedicadas a discursos dos parlamentares



José Jorge é o relator da proposta de reforma do Judiciário, que aguarda votação final no Senado

PARCERIAS

Audiências vão discutir o projeto das PPPs



Relatada por Valdir Raupp, proposta de parcerias só vai a votação após audiências

Uma das mais importantes propostas que os senadores debaterão a partir do dia 19 é a das parcerias público-privadas (PPPs). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar duas audiências este mês para discutir o projeto (PLC 10/04). Somente depois disso é que ele será votado pelos membros da CAE. Em seguida, o texto passará pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), indo posteriormente ao Plenário, o que só deve acontecer após o segundo turno

das eleições municipais (31 de outubro).

Entre os convidados para as audiências públicas estão o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e o subsecretário de Assuntos Internacionais de Minas Gerais, Luiz Antônio Athayde, coordenador da PPP no estado que foi o primeiro do país a adotar essa modalidade de financiamento para obras em infra-estrutura.

CÂMARA

Uma semana para negociações

A Câmara dos Deputados não terá votações nesta semana. Após conversar com líderes da base aliada na Casa, o presidente João Paulo Cunha decidiu transferir as deliberações para a próxima semana, deixando esta para conversas e articulações. Na semana passada, apenas uma matéria foi aprovada pelos deputados, a medida provisória 191/04, que isenta os cientistas brasileiros do pagamento de impostos na importação de equipamentos destinados a pesquisas.

João Paulo tem pressa em liberar a pauta do Plenário, trancada por 17 medidas provisórias e dois projetos de lei que tramitam em regime de urgência. Por causa disso, ele decidiu intensificar o diálogo principalmente com deputados opositores, que vêm obstruindo as votações desde agosto. "Vou usar esta semana para conversar com os líderes, localizar os problemas, para que na outra semana a gente tente votar algumas coisas", disse.

Nesta quinta-feira (14), ele terá um encontro com os líderes dos partidos aliados e com o ministro da Coordenação Polí-

tica e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, para estabelecer uma estratégia de votação que destranque a pauta da Casa. A reunião será realizada na residência oficial da Presidência da Câmara, durante um almoço.

Outras propostas também serão discutidas na reunião, como o projeto de lei sobre biossegurança (aprovado na semana passada pelos senadores), a proposta da nova Lei de Falências, o projeto que trata das agências reguladoras e a chamada reforma política. Neste caso, a idéia é retomar o relatório da comissão especial que discutiu o assunto.

De acordo com o líder do governo, deputado Professor Luizinho (PT-SP), além dos temas já previstos no relatório – como o financiamento público das campanhas e as coligações partidárias –, outros poderão ser incluídos no texto durante a votação da matéria em Plenário, como a divulgação de pesquisas eleitorais às vésperas do pleito. "Vamos retomar a discussão da reforma política, conversando também com a oposição, para que possamos levar essa matéria adiante", garantiu Professor Luizinho.

Comissão debate greve dos bancários

A greve nacional dos bancários, que começou no dia 15 de setembro, pode ser debatida nesta semana na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em uma audiência que contará com a participação de sindicalistas, de um representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini. A data da audiência será marcada pela presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O debate foi sugerido pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Os senadores Tião Viana (PT-AC), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Flávio Arns (PT-PR) defenderam as reivindicações dos bancários. Na semana passada, o presidente José Sarney recebeu



Além de Flávio Arns (foto), Tião Viana e Valdir Raupp apoiaram os grevistas

o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), Lourenço do Prado, que pediu sua interferência para que sejam reabertas as negociações.

Capiberibe passa bem após crise

O senador João Capiberibe (PSB-AP) se recupera bem após sofrer uma crise de insuficiência coronariana aguda na semana passada. O parlamentar foi submetido a uma angioplastia para desobstrução da artéria e deve ter alta nos próximos dias.

João Capiberibe foi internado na última quarta-feira, dia 6, no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, após sentir-se mal durante a sessão no Plenário que discutia o projeto da Lei de

Biossegurança.

Após passar por um cateterismo, que detectou duas obstruções em uma artéria e o entupimento de cerca de 70% da coronária direita, o senador foi submetido a uma cirurgia para colocação de três stents (dispositivo para dilatar a artéria).

Capiberibe ficou por 24 horas na UTI, seguindo depois para um apartamento no hospital, onde permanecerá até ter alta.



Calendário para a CPI do Banestado

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, decidiram se reunir com o presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e com o relator, deputado José Mentor (PT-SP), a fim de definir

um calendário para os trabalhos da comissão, que já duram 16 meses. Segundo João Paulo, ficou acertado que ele terá uma reunião com Mentor e Sarney se encontrará com Antero. "Com isso, esperamos definir um roteiro final para essa CPI", disse o presidente da Câmara.

REFORMA POLÍTICA Senadores identificam falhas no processo eleitoral e querem novo sistema implantado já em 2006

FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO



Para Valadares, as eleições demonstraram que o sistema atual é uma "desfaçatez"



Alvaro Dias deseja que novas regras estejam em vigor nas próximas eleições

Parlamentares pedem alteração urgente do modelo político-eleitoral

Passada mais uma eleição, a reforma política volta à pauta de discussões no Congresso. Nas avaliações do pleito de 3 de outubro, a urna eletrônica recebeu elogios, mas o que mais se ouviu foram reclamações sobre abuso de poder econômico, uso da máquina pública, partidos de aluguel, distorções na escolha de vereadores e fraudes em pesquisas eleitorais.

– Essa é uma oportunidade de discutir o voto proporcional, o

voto facultativo, o financiamento público de campanha. Essa eleição é a prova de que o sistema é uma desfaçatez – declarou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Temos um modelo desgastado e condenado pela repulsa do eleitor. A reforma política tem sido cantada em prosa e verso há muito tempo. Esperamos que, para o próximo pleito, possamos ter um novo modelo – disse o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Como observou Alvaro, pro-

postas que compõem a reforma política tramitam no Congresso Nacional há muito tempo. Desde a CPI que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992, foram apontadas medidas para, entre outros assuntos, mudar o financiamento das campanhas. No Senado, uma comissão especial que funcionou de 1995 a 1998 analisou propostas e apresentou sugestões. Quatro desses projetos de lei foram aprovados em 2001 e enviados à Câmara dos Deputados.

Projeto visa fortalecer partidos

As expectativas acerca da reforma política se concentram hoje no projeto de lei que altera o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições, em tramitação na Câmara (PL 2679/03). Fruto da comissão especial de deputados instituída no ano passado para analisar o assunto, o projeto determina:

Fim das coligações

A comissão procurou acabar com os "vícios da eleição proporcional com coligações oportunistas e episódicas", pela qual, ao votar em um candidato, na maioria das vezes, o eleitor não sabe que pode estar elegendo outro, muitas vezes com propostas substancialmente diferentes.

Assim, o projeto acaba com as coligações e introduz as federações partidárias que funcionarão como um só partido pelo prazo mínimo de três anos. A medida, diz o projeto, vai permitir que os pequenos partidos contornem o obstáculo do quociente eleitoral.

Lista fechada

Para combater a "personalização do voto e o desprezo aos partidos" identificados no sistema atual, a comissão sugeriu a adoção do voto em listas fechadas definidas pelos partidos em convenções. Nelas, os candidatos seriam ordenados de acordo com as prioridades do partido. Se a votação do partido equivaler a 15 cadeiras no Legislativo, elas serão ocupadas pelos 15 primeiros nomes da lista oferecida pelo partido aos eleitores.

– Trata-se de uma opção política no sentido de reforçar as agremiações partidárias, dentro da visão de que, em sociedades de massa, com gigantesco eleitorado, a democracia representativa só funciona bem quando há partidos capazes de recrutar líderes, fazer campanhas em torno de plataformas, atuar disciplinadamente no Legislativo e, no governo, levar adiante as propostas pelas quais propugnam – justifica o relatório.

Financiamento público

O relatório também mostra que a evolução do processo eleitoral tornou as campanhas "caríssimas". Nesse sentido, para a comissão, a dependência dos representantes com relação a seus financiadores não é sadia para a vida democrática. Daí a opção pelo financiamento exclusivamente público, o qual possibilitaria que partidos e candidatos sem acesso a fontes privadas pudessem competir em igualdade de condições com os demais.

Essa medida associada à adoção da lista fechada, no entendimento dos deputados da comissão, pode levar a uma sensível redução nos custos da campanha e à simplificação da fiscalização pela Justiça Federal.

Pesquisas eleitorais

As regras das pesquisas eleitorais também são alteradas pelo projeto para assegurar maior transparência. Pela proposta, o instituto de opinião terá que fornecer mais informações sobre as bases para realização da pesquisa e revelar à Justiça Eleitoral detalhes de sua amostragem e dos resultados até 48 horas depois de realizado o levantamento.

Participação feminina

O projeto pretende ampliar a representação feminina nas instituições políticas, de acordo com iniciativas que deram resultados. A proposta destina 20% do tempo de propaganda partidária gratuita e no mínimo 30% dos recursos do fundo partidário para incentivar a participação política das mulheres. A medida se somaria às cotas já existentes que reservam vagas para candidaturas de mulheres.

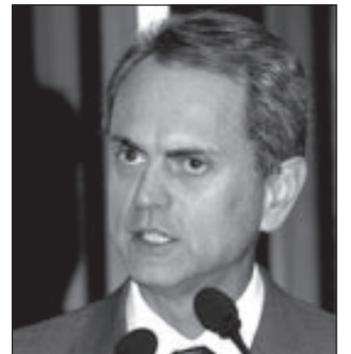
Câmara retoma discussão das propostas da comissão especial

Atualmente, as atenções estão voltadas para a Câmara, onde outra comissão especial apresentou no ano passado projeto de lei que altera o Código Eleitoral, a Lei das Eleições e a Lei dos Partidos Políticos (PL 2.679/03). Entre outros temas, a proposta institui o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e o sistema de lista fechada para as eleições dos legislativos.

O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, considera não ser possível continuar

com o sistema atual. O custo das campanhas, disse, está levando à elitização da política, impedindo o acesso do cidadão comum. Essa realidade, interpreta João Paulo, também leva ao enfraquecimento dos partidos.

Diante disso, o presidente da Câmara garantiu que a discussão da reforma política será retomada esta semana, incluindo a proposta que unifica as datas das eleições gerais e das eleições municipais, do senador Paulo Octávio (PFL-DF).



Paulo Octávio é autor de proposta que prevê eleições gerais a cada quatro anos

A partir desta edição, o **Jornal do Senado** publica série de matérias sobre a reforma política.

Enfrentar o personalismo, desafio proposto por consultor do Senado

O projeto apresentado pela comissão especial da Câmara que analisou a reforma política no ano passado trata do assunto de maneira ingênua e superficial. A análise é do consultor legislativo Eurico Cursino dos Santos, em artigo publicado na *Revista de Informação Legislativa* nº 161.

A proposta se concentra no financiamento público das campanhas e na adoção das listas de candidatos fechadas pelos

partidos em convenção. Porém, Eurico aponta a necessidade de correção de distorções para que as medidas possam atingir seus objetivos: de dar racionalidade à política e elevar os partidos à condição de protagonistas em substituição aos "detentores de carisma pessoal".

Eurico Cursino dos Santos avalia que o personalismo tem profundas raízes na cultura brasileira. Nessa linha, o sistema

de lista aberta está centrado na figura do candidato e não do partido.

– O personalismo se estabelece em relações emocionais e de favorecimento pessoal, típicas da sociabilidade brasileira. O conhecimento do político, para a maioria do eleitorado, é decisivo. O voto no partido, por meio das listas fechadas, será um gesto de difícil compreensão para o eleitor – afirma Eurico.

Poder econômico chegaria às convenções

Na análise de Eurico sobre o projeto da comissão da Câmara, com a adoção de listas fechadas de candidatos, a influência do poder econômico se deslocaria para as convenções partidárias.

– Sem aperfeiçoamentos da proposta, ocorrerá a desmoralização do financiamento público antes de realizar

seus efeitos, que só serão alcançados se o poder econômico for contido também na vida interna dos partidos – pondera.

Eurico observa que o projeto, ao mesmo tempo em que adota medidas como a instituição da lista fechada e a proibição de coligações, reduz exigências de desempenho eleitoral para a criação de partidos. Nesse

sentido, Eurico registra que a federação partidária, "espécie de coligação duradoura", foi incluída no projeto para que pequenos partidos contornem o limite do quociente eleitoral.

– As medidas de fortalecimento dos partidos são anuladas por contramedidas existentes no projeto, que torna mais fácil a criação de partidos e a sua sobrevivência parlamentar – anota.

O consultor também questiona a razão pela qual a reforma política vem sendo adiada sucessivamente.

– Uma reforma política é difícil. A maioria dos atores beneficia-se com as regras vigentes – observa.



REFORMA POLÍTICA Abuso do poder econômico é visto como ameaça à legitimidade das eleições e fonte de corrupção

Senado já adotou financiamento público

O financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais já recebeu o apoio unânime dos senadores. Com base em relatório do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Plenário aprovou, em abril de 2001, projeto de lei do então senador Sérgio Machado que determina a previsão orçamentária de recursos para campanhas eleitorais, impedindo contribuições eleitorais de fontes privadas.

Os defensores da proposta argumentam que o financiamento público pode garantir a independência dos candidatos diante do poder econômico. Somente assim, os cidadãos

poderiam expor suas idéias e, com recursos garantidos, concorrer em igualdade de condições nas eleições. Por fim, a proposta facilitaria a prestação de contas dos partidos.

Constituição determina que eleição não deve ter influência econômica

– O financiamento público procura dar efetividade ao que determina a Constituição: a legislação deve “proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico” – justificou Alvaro Dias.

A discussão sobre financiamento de campanhas não é novidade no Brasil ou no mundo. Escândalos envolvendo partidos políticos, candidatos e financiadores são notícia

em diversos países e não há uma fórmula consagrada nas democracias mais maduras. No Brasil, irregularidades em arrecadação de recursos na campanha eleitoral ajudaram a levar o ex-presidente Fernando Collor ao *impeachment*.

Mais recentemente, em 2004, as denúncias envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor de Assuntos Parlamentares do Palácio do Planalto, que teria recebido recursos de empresários de jogos de azar para financiar campanhas do PT, levaram à proposta de uma CPI para investigar a origem do dinheiro usado nas últimas eleições. A comissão não chegou a ser criada, mas a discussão evidenciou mais uma vez o tema.

Campanhas são principal fonte de corrupção no país, afirmam senadores

O combate à corrupção na administração pública é um dos principais motivos que levaram os senadores a aprovar o financiamento público de campanhas eleitorais. Mesmo que a população reaja ao repasse de recursos públicos diretamente para partidos políticos em um primeiro momento, os senadores acreditam que, em um médio prazo, os eleitores vão compreender que a medida protege os impostos pagos da corrupção.

– Toda corrupção inicia-se no Brasil pelas campanhas eleitorais. Foi assim com os anões do Orçamento, porque as empreiteiras davam-lhes dinheiro para as campanhas em troca de verbas no Orçamento – afirma o senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem a lei atual é um “faz-de-conta”, já que a Justiça Eleitoral não tem condições de fiscalizar.

– O financiamento público é um passo largo no sentido de reduzir substancialmente os índices de corrupção no Brasil. Haveremos de encontrar o caminho que o povo brasileiro deseja de uma eleição honesta, em que a transparência seja o principal objetivo – interpreta o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Da mesma maneira, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) considera que não haverá reforma

política sem financiamento público de campanhas.

– O financiamento já é público. Da forma que ocorre hoje, concessões de benefícios pela máquina pública são feitas como contrapartida ao capital. Tenho convicção de que o financiamento público retirará os políticos das páginas policiais e devolverá dignidade à política brasileira – declarou Antero.

Na opinião de Roberto Saturnino (PT-RJ), o poder econômico é a maior ameaça à democracia e, por isso, o financiamento de campanhas não pode continuar como está.

– Com o financiamento público, as campanhas que exorbitarem do padrão ficarão visíveis à fiscalização



Legislação é um “faz-de-conta” na avaliação de Pedro Simon, pois não há como fiscalizar gastos

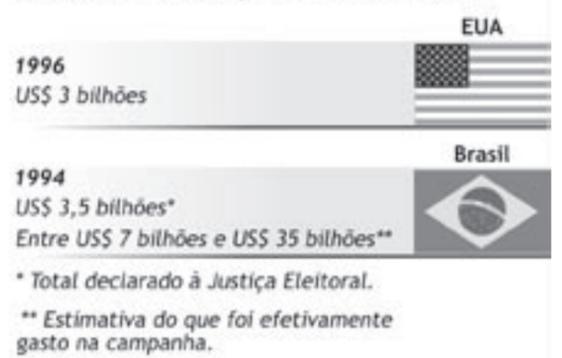
dos demais partidos, do Ministério Público e dos cidadãos – disse.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou que, com o financiamento público, será possível “estancar a promiscuidade da política com a iniciativa privada” e garantir a transparência das eleições.



Renan Calheiros identifica promiscuidade entre doações privadas e interesses públicos

Custos de campanhas eleitorais



Fonte: Araújo, Caetano E. R. “Financiamento das campanhas eleitorais”, *Revista de Informação Legislativa*, nº 161, Jan./Mar de 2004. Senado Federal, Brasília-DF.



Orçamento da União deve reservar R\$ 7 por eleitor

De acordo com os projetos de lei aprovados pelo Senado e pela comissão especial da Câmara, em um ano eleitoral, a Lei Orçamentária deve reservar um total de R\$ 7 para cada eleitor registrado até o dia 31 de dezembro do ano anterior. Se as regras de financiamento público já estivessem em vigor para as eleições de 2004, quando 119,82 milhões de eleitores estavam aptos a votar, o Orçamento deste ano deveria ter R\$ 838,7 milhões para gastos nas campanhas eleitorais.

Levada em conta a proporcionalidade populacional, um estado como o Tocantins, que tem 843 mil eleitores, teria R\$ 5,9

milhões para gastos eleitorais. Em uma eleição como a de 2006, em que há pelo menos 300 candidatos a deputado estadual, deputado federal, senador e governador, cada concorrente teria R\$ 20 mil para gastar na campanha em todo o estado.

– Não há praticidade alguma na proposta. Não vai ter dinheiro para ninguém ou o dinheiro vai todo para dois ou três candidatos de cada partido. Os demais vão responder na Justiça Eleitoral por gastar dinheiro que não é permitido pela lei – observou o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), quando a proposta foi discutida no Plenário do Senado em 2001.

Eleição no Brasil é uma das mais caras do mundo

As regras atuais de financiamento de campanhas eleitorais fazem com que as eleições brasileiras estejam entre as mais caras do mundo. Os cálculos foram feitos pelo cientista político norte-americano David Samuels em 2002, tomando como base as eleições de 1994 e 1998. Em seu estudo, o acadêmico afirma que, no que diz respeito somente aos gastos declarados à Justiça Eleitoral, os custos das campanhas no Brasil equivalem aos das eleições norte-americanas para cargos análogos.

– As eleições brasileiras são certamente ainda mais caras, uma vez que os gastos declarados de nossos candidatos são muito inferiores aos gastos reais – afirma o consultor le-

gislativo Caetano Ernesto de Araújo em artigo publicado na *Revista de Informação Legislativa* nº 161.

Segundo ele, estima-se que o total efetivamente gasto nas eleições brasileiras é duas a dez vezes superior ao que é declarado à Justiça Eleitoral. Com base nessa projeção, como foram declarados gastos de US\$ 3,5 bilhões em 1994, a campanha teria custado, em realidade, algo entre US\$ 7 bilhões e US\$ 35 bilhões. Enquanto isso, as eleições norte-americanas de 1996 teriam custado US\$ 3 bilhões.

– Na prática vigora a regra de que, quanto maior a quantidade de recursos, maiores as possibilidades de vitória. É claro que nossos candidatos só se dispõem a gastar

muito porque esses gastos são necessários, embora nem sempre suficientes – afirma Caetano.

O consultor avalia que a combinação entre recursos privados e eleições parece estar em crise em todo o mundo, já que, com a crescente complexidade das campanhas, o poder econômico vem se tornando mais evidente.

– A tendência predominante parece ser a limitação de contribuições privadas, acompanhada, em muitos casos, da expansão das fontes públicas de financiamento – analisa.

Caetano observa, porém, que os debates e as mudanças nas regras, na maior parte das vezes, vêm depois de escândalos financeiros que recebem grande rejeição por parte da opinião pública, ou seja, dos eleitores.

Um leque de possibilidades para os partidos e seus candidatos

Atualmente, a Lei dos Partidos Políticos (9.096/95) possibilita que partidos e candidatos utilizem:

- recursos próprios;
- recursos do partido (inclusive do Fundo Partidário);
- doações de pessoas físicas até o limite de 10% do rendimento bruto; e
- doações de pessoas jurídicas até o limite de 2% do faturamento bruto.

Estrangeiros ou entidades que recebam recursos públicos, como sindicatos e empresas, não podem contribuir para partidos.

Para receber e administrar os recursos de campanha, partidos e candidatos obrigam-se a abrir uma conta específica e têm responsabilidade partilhada sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos. Antes de começar a campanha, também deve ser informado à Justiça Eleitoral o limite máximo de gastos previsto para a campanha, assim como a constituição de comitês financeiros pelos partidos.

PLENÁRIO

Lúcia Vânia lembra o 16º aniversário da Constituição

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) homenageou os 16 anos de promulgação da Constituição de 1988, de cuja elaboração participou como única mulher e deputada na bancada de Goiás. Ela disse que a Constituição abriu caminho para a reafirmação dos direitos humanos e para conquistas sociais inéditas, mas que os próprios constituintes sabiam que a nova Carta não era um texto acabado, tanto que o Congresso, o Executivo e a sociedade vêm promovendo mudanças atualizadoras.

A Constituinte, lembrou a senadora, analisou 61 mil emendas de parlamentares, além de 122 de iniciativa popular.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiou a senadora pela homenagem.

Maciel elogia mostra que reúne acervo judaico de PE

O senador Marco Maciel (PFL-PE) elogiou a exposição *Pernambuco: Gateway to New York*, inaugurada em Nova York no mês passado, que reúne todo o acervo encontrado na primeira sinagoga das Américas, Kahal Zur Israel (Rochedo de Israel), fundada no século 17 em Recife, na antiga Rua dos Judeus, hoje Rua do Bom Jesus, às margens do Rio Capiberibe – onde funciona o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.



Marco Maciel

A mostra, disse Maciel, é um dos destaques da festa *Celebrate 350 Years of American Jewry* e permanece em Nova York até o final de 2004, seguindo depois para o Canadá.

Pavan ressalta sucesso da Oktoberfest

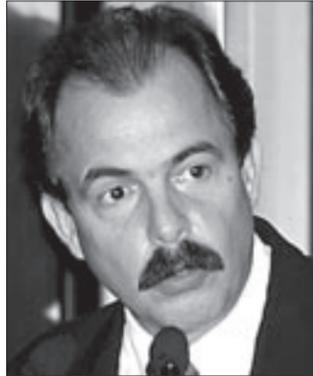
O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a Oktoberfest, que se realiza todo o mês de outubro, em Blumenau (SC). Segundo informou, desde o primeiro evento, em 1984, já reuniu mais de 13,3 milhões de pessoas em suas 20 edições, uma média de 705 mil pessoas por ano. A festa preserva as tradições alemãs trazidas pelos colonizadores há 150 anos, observou Pavan.

A Oktoberfest é inspirada na festa original de Munique, lembrou Leonel Pavan, para quem ela é tão esperada “que só pode ser comparada, em proporção, aos desfiles das escolas de samba do carnaval carioca”. Ele acrescentou que, este ano, na 21ª edição, haverá abertura simultânea em Brasília e em Blumenau.

País melhora com Lula, diz Mercadante

Os resultados econômicos dos 18 meses iniciais do governo Lula são muito melhores do que os apresentados pela gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A avaliação é do líder governista no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Para ele, o paralelo entre os dois mandatos aponta um desempenho superior do atual em áreas como salários, emprego, dívida externa, crescimento industrial e inflação.

– Nós melhoramos a estabilidade inflacionária e geramos mais empregos, quando comparado com o período anterior – disse Mercadante, assegurando que o governo Lula reverteu



Mercadante rebate crítica de FHC e mostra conquistas do atual governo

a retração da indústria.

A avaliação do líder foi feita em resposta a críticas do ex-presidente em entrevista publicada nos jornais da semana

passada. O senador apresentou dados para confirmar sua análise. Na inflação, por exemplo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou nos primeiros 18 meses de FHC alta de 30,4%, enquanto no mesmo período do governo Lula subiu 13,1%. A variação dos preços da cesta básica, água, telefone, gás, luz e aluguel no governo tucano também foram muito superiores, segundo o parlamentar.

Mercadante destacou ainda os resultados do atual governo na área externa, representados pelo aumento das exportações e pelo respaldo de vários países à pretensão do Brasil de tornar-se membro do Conselho de Segurança da ONU.

Agripino defende Fernando Henrique

O discurso de Mercadante levou o líder do PFL, José Agripino (RN), a defender a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Agripino, além de existir “uma diferença de qualidade de estadista” entre FHC e Lula, em favor do primeiro, o desempenho econômico do governo atual só foi possível por que ele manteve a política adotada pelo antecessor.

– O risco país foi para a estratosfera em 2002 pelo medo internacional de que Lula fosse, no governo, o que ele dizia que ia ser como candidato. Quando ele mostrou que a política

econômica seria a continuação do que vinha dando certo, o risco país chegou para a realidade de hoje, sem milagre nenhum – frisou Agripino.

Ele também criticou o crescimento da carga tributária. Citando dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o senador pefelista observou que o peso dos impostos na economia subiu de 36,9%, em 2003, para 38,1%



Agripino: Lula manteve política do governo anterior

do produto interno bruto (PIB).

O discurso de Agripino foi apoiado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Heráclito Fortes (PFL-PI). Lobão elogiou a figura do ex-presidente, a quem considera “um dos maiores estadistas da história do país”. Heráclito criticou o líder do governo, afirmando que “essa arrogância do Mercadante não é novidade, mas é inoportuna”.

Comissão de senadores investiga incidentes em Boca do Acre

O presidente do Senado, José Sarney, designou Sibá Machado (PT-AC) para compor uma comissão de três senadores para verificar

in loco os incidentes ocorridos na cidade de Boca do Acre (AM), próxima à divisa com o Acre. Na noite da eleição, foram incendiados o fórum, a sede da prefeitura e uma emissora de rádio e depredada a casa do prefeito, Iran Lima (PPS), candidato à reeleição. O resultado do pleito somente foi divulgado 24 horas após sua realização, com a vitória de Iran Lima, com 5.699 votos.

A criação da comissão foi pedida em requerimento pelo próprio Sibá. A constituição da comissão foi comunicada ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Kid Mendes de Oliveira; ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence; e ao governador do Amazonas, Eduardo Braga.

Sibá disse que a população de Boca do Acre acusa a juíza eleitoral de paralisar temporariamente a apuração das eleições locais, fato que poderia ter favorecido a manipulação das urnas em favor de Iran Lima e em prejuízo do candidato do PL, que é coligado ao PT.

– Em razão das suspeitas, o eleitorado inconformado invadiu e incendiou o fórum, a rádio e promoveu quebra-quebra em redutos dos candidatos do PPS – disse o senador.



Sibá disse que população desconfia de fraude eleitoral

Mozarildo propõe transporte gratuito no dia de eleição

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apresentou projeto de lei que prevê a gratuidade dos transportes coletivos urbanos,

metropolitanos e intermunicipais, nos dias de eleição. Pelo projeto, não haverá modificação nos horários das linhas e no número de veículos em serviço nos dias de pleito. A gratuidade do transporte terá a duração de duas horas antes e duas horas depois do horário estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o período de votação. Ainda segundo a proposta, o governo federal estabelecerá a forma de compensação às concessionárias de transporte público de modo a manter o equilíbrio financeiro das empresas.

Mozarildo também pediu que os deputados federais dêem mais atenção à proposta de emenda constitucional (PEC) de sua autoria que destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para universidades e centros federais de ensino tecnológico da região amazônica.

O senador afirmou que a aprovação da PEC deve representar R\$ 600 milhões anuais para as instituições de ensino. A matéria, segundo Mozarildo, está há um ano na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara aguardando designação de relator. A PEC foi apresentada em 2002 e aprovada no Senado em 2003.



Mozarildo também defende mais verbas para universidades

Tião Viana destaca combate à corrupção na área da Saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou a “ação decisiva” do ministro da Saúde, Humberto Costa, no combate à corrupção “que assolava o ministério ao longo dos anos”. Tião Viana referiu-se especialmente à conclusão da auditoria feita no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, no Rio de Janeiro.

A instituição, segundo o senador, encontrava-se “envolvida em nebuloso esquema de tráfico de influência e de fraude com o erário”. Auditoria promovida pelo ministério e pela Polícia Federal apontou desvio que já supera R\$ 100 milhões e pode chegar a R\$ 200 milhões. Os resultados do processo, acrescentou, foram a demissão de seis dirigentes do instituto e a abertura de inquérito policial federal para a apuração de responsabilidades, além da devolução de dinheiro por parte das empresas.

Osmar cobra esforço do governo para aprovar o Fundeb

O senador Osmar Dias (PDT-PR) fez um apelo para que o governo agilize a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que destinará mais recursos para a educação básica e especial. O senador considera que o projeto está em estudo há muito tempo, enquanto o país carece de recursos para a educação e a qualificação de professores.

Osmar lembrou que o Congresso analisa mais de 30 projetos que tratam de cotas nas universidades públicas para carentes, negros, índios e alunos de escolas públicas, permitindo que essas pessoas concorram “igualmente” com alunos de escolas particulares. Para o senador, as cotas só se mostram necessárias porque o ensino público fundamental e básico não é de qualidade.

PT faz um governo autoritário, critica Antero Barros

Em discurso em Plenário, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) “está perdendo sua capacidade de autocrítica” e cada vez mais forma um governo com “viés autoritário”. Para ele, o PT precisa repensar os conceitos de democracia, pois não está agindo corretamente no exercício do poder público. Segundo Antero, o autoritarismo estaria inserido nas ações do partido.

Entre as manifestações que Antero considera autoritárias está a intenção de diminuir a autonomia do Ministério Público. Conforme o senador, o PT precisa ver que amordaçar o MP só é bom para os bandidos.



Antero Paes

PLENÁRIO

Ideli critica instituto por errar previsões

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), considerou uma "atitude de má-fé e um desserviço" o anúncio feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) de que o governo aumentou a carga tributária do país. Ela disse que essa não é a primeira vez que o instituto erra e criticou a metodologia utilizada pelo órgão, que, segundo enfocou, não leva em conta as características de sazonalidade inerentes à carga tributária.

– Esse instituto tem errado feito e teve, no ano passado, que fazer correções quatro vezes em suas projeções de aumento tributário. Eles erram porque insistem em fazer comparativos trimestrais, não levando em con-



Ideli disse que erros sucessivos configuram má-fé e têm sido usados na disputa eleitoral

sideração as características de sazonalidade da carga tributária e não respeitam o critério de anuidade da carga de impostos.

Excesso de impostos preocupa Luiz Pontes

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) disse que está preocupado com o aumento da carga tributária no país. Segundo ele, os tributos foram elevados 1,2 ponto percentual no primeiro semestre de 2004 em relação a 2003, representando, observou, aumento de arrecadação da ordem de R\$ 28,05 bilhões em impostos.

Luiz Pontes fez essas afirmações com base em análise realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

publicada no site *Primeira Página* e em vários jornais brasileiros.

O estudo mostra também, destacou o senador, que no primeiro semestre deste ano a carga tributária representou 38,11% do produto interno bruto (PIB), contra 36,91% em igual período do ano passado.

Depois de pedir a transcrição nos Anais da Casa da reportagem, Luiz Pontes acrescentou que a previsão do instituto é de que a média *per capita* de impos-

Isso só pode ser uma atitude de má-fé e de especulação pura, e serve também para incrementar manchetes e a guerra eleitoral – condenou a líder.

Exemplificando, ela contou que no ano passado, o IBPT alardeava que se teria um aumento em 40% da carga tributária e o aumento foi de apenas 0,16%, quando se fechou o ano fiscal e foram feitos os comparativos com o ano anterior.

Para Ideli, é preciso que se tenha em mente que tanto o Congresso quanto o Executivo, ao contrário do instituto, têm adotado medidas e buscado debates para a redução da carga tributária. Em sua opinião, essa deve ser a postura daqueles que abordam o assunto.



Pontes citou análise divulgada pelo IBPT, que recebeu críticas da líder do governo

tos pagos pelos brasileiros para 2004 chegue a R\$ 3.590, elevação de 14% em relação a todo o ano de 2003.

Serviço de mototáxi é de grande utilidade, afirma Pavan

A decisão do ministro das Cidades, Olívio Dutra, de recuar na sua determinação de extinguir a atividade de mototáxi em todo o país foi elogiada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Citando o exemplo de Balneário Camboriú, onde foi prefeito, Pavan ressaltou que

a atividade, regulamentada e com uma fiscalização eficiente, tem sido de grande utilidade para a população.

Ele lembrou que, quando prefeito, aprovou lei municipal legalizando o serviço, amplamente debatida entre vereadores, sociedade e empresários.

Já no Senado, Pavan apresentou proposta que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para motocicletas utilizadas pelos mototaxistas (PLS 280/04), como forma de incentivar essa modalidade de transporte de passageiros.

Camata condena decisão do Cade

Gerson Camata (PMDB-ES) condenou a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), contrária à compra da Garoto pela Nestlé. Para o senador, a reunião do órgão na terça-feira foi "clandestina, ilegal e fora do prazo". Segundo Gerson Camata, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, deverá recorrer da decisão na Justiça. O senador vai propor em projeto a extinção do Cade e instalação de uma CPI para apurar denúncias de que conselheiros teriam sido pressionados a apoiar a decisão contra a venda da Garoto para a Nestlé.



Gerson Camata

Raupp quer área para sem-terra

Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ao governo federal para que mantenha a ocupação de uma área de 100 mil hectares em Rondônia por 12 mil famílias de agricultores sem-terra, em troca de outra área de 220 mil hectares, para que seja transformada em reserva extrativista. O Ibama quer desalojar os sem-terra porque a área ocupada é uma reserva ambiental.

– Onde colocar essas pessoas se não existem empregos nas cidades? – ponderou o senador.

Com o objetivo de buscar uma solução para o problema, será realizada, na quinta-feira, audiência pública na região, com autoridades estaduais, federais e colonos, informou.

Ainda em seu pronunciamento, Raupp elogiou o lançamento, pelo presidente da República, do programa Pró-Empresa.

Augusto defende cooperativismo

Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu o estímulo governamental ao cooperativismo de crédito como forma de gerar empregos e renda no país. Ele quer que "normas simples e desburocratizantes" diminuam as garantias exigidas para a concessão de crédito. Augusto chamou a atenção para as propostas formuladas no 5º Congresso Brasileiro de Cooperativismo de Crédito, realizado este ano em Cuiabá, destacando a não incidência tributária sobre o ato cooperativo e o acesso direto das entidades aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



Augusto Botelho

Projetos

Propostas de Lúcia Vânia para planos de saúde

A crise por que passa o setor de planos de saúde privados levou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a propor que as operadoras ofereçam planos com coberturas menos amplas, a fim de baratear o serviço (PLS 277/04) e a tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços, como médicos e demais profissionais (PLS 276/04).



ROOSEVELT PINHEIRO

Paim aposta no entendimento para votar reformas sindical e trabalhista

O senador Paulo Paim (PT-RS) acredita no entendimento para aprovação das reformas sindical e trabalhista, que entram na pauta do Congresso Nacional no ano que vem. Ele defende a redução da jornada de trabalho, a livre negociação e a autonomia sindical, além do pagamento à Previdência somente sobre o faturamento das empresas, como forma de desonerar a folha de pagamento.

Outra proposta de Paim muda a lei de crimes ambientais, fixando

o prazo de 90 dias para que o auto de infração seja julgado e 20 dias para que o infrator recorra da decisão a instâncias superiores (PLS 271/04). A legislação atual, diz, é falha na regulação do trâmite do processo e beneficia o infrator. O parlamentar também quer mudar a Lei de Benefícios da Previdência Social para aumentar em 25% a pensão dos aposentados que necessitam da assistência permanente de outra pessoa. A legislação já concede o benefício aos aposentados por invalidez.

Isonomia entre União, estados e municípios

A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga o Executivo a encaminhar ao Congresso Nacional mensagens sobre os limites das dívidas da União, dos estados e dos municípios. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto que altera essa norma, para garantir tratamento igualitário entre a União e os estados da Federação (PLS 281/04). Na sua avaliação, a lei não limita a dívida da União, ao mesmo tempo em que aplica regras estritas aos estados e municípios.

Isonomia entre União, estados e municípios

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto (PLS 272/04) que pretende revogar parte da Lei 10.833/03, que alterou a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Pelo texto, empresas prestadoras de serviços não estarão mais sujeitas a reter na fonte os valores referentes à Cofins e a outras três contribuições (CSLL, PIS e Pasep). Entre as beneficiadas estão empresas de limpeza, segurança e transporte de valores.

Sugeridas novas datas especiais

Foram lidos três projetos que criam datas especiais. Fátima Cleide (PT-RO) pretende instituir o Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude (PLS 283/04); Lúcia Vânia (PSDB-GO), o Dia Nacional da Mamografia (PLS 275/04); e Delcídio Amaral (PT-MS), o Dia Nacional de Combate à Psoríase (PLS 282/04).

Saídas de emergência no transporte coletivo

Para dar mais segurança aos usuários, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) apresentou proposição que torna obrigatória a presença de saídas de emergência nos ônibus urbanos. As saídas devem estar em locais de fácil acesso e com indicação clara da sua posição.



ROOSEVELT PINHEIRO

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 22 de setembro e 6 de outubro

PLENÁRIO

Tourinho responsabiliza o governo pelo retorno da guerra fiscal entre estados

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) mostrou-se preocupado com o retorno da guerra fiscal entre os estados. Ele responsabilizou o governo por não cumprir acordo firmado com o Congresso para aprovação da reforma tributária, que está paralisada na Câmara, após ser aprovada pelo Senado.

Tourinho também alertou para a necessidade de alteração do projeto do governo que disciplinará as agências reguladoras. A proposta está em tramitação na Câmara e o senador sugere alterar pontos do texto para facilitar a aprovação da proposta.



MOREIRA-MARIZ

Executivo não discrimina o Rio, diz Saturnino

Ao citar levantamento publicado pelo jornal *O Globo*, segundo o qual os investimentos anunciados em 2004 para o Rio de Janeiro chegam a US\$ 6,8 bilhões, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) negou que o governo federal discrimine o estado.

Ele explicou que, do total de recursos, cerca de US\$ 5 bilhões deverão ser investidos pela Petrobras e parceiros para construção de uma refinaria petroquímica. Para Saturnino, a construção da refinaria em Itaguaí é o primeiro passo para que o estado possa ver concretizado o sonho de sediar um pólo petroquímico.

- Essa notícia desmente que o Rio venha sendo desprezado pelo governo - afirmou.



Saturnino

Luiz Otávio destaca avanços na economia do Pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) destacou os bons resultados da economia do Pará nos últimos anos. Ele informou que o estado registrou elevação da receita no setor de serviços e aumento do número de empregos com carteira assinada, além de alta nas exportações.

Para Luiz Otávio, esse "ciclo virtuoso" se deve ao cuidadoso trabalho do governador Simão Jatene, que, segundo assinalou, deu continuidade ao que de bom já vinha sendo feito pela gestão de Almir Gabriel. Entre as boas notícias, ele citou investimentos de US\$ 1 bilhão até 2010 que vão viabilizar a implantação do maior projeto de extração e beneficiamento de níquel no Brasil, na região de Carajás.

Quintanilha festeja os 16 anos do Tocantins

O 16º aniversário de criação do estado do Tocantins foi comemorado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O senador saudou a população e prestou homenagem ao ex-governador Siqueira Campos, idealizador do estado, e disse que o povo tocantinense tem muito a comemorar.

- São fortes os sinais econômicos e sociais que nos permitem comemorar com alegria a criação do estado. O Tocantins melhorou muito. A população tem muito a agradecer, diante da profunda transformação de suas vidas ocorrida a partir da criação do Tocantins - afirmou, destacando o desenvolvimento alcançado pela região. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também cumprimentou a população do Tocantins.



Quintanilha

Azaredo cobra aplicação da Cide em rodovia

O senador Eduardo Azaredo (PSDB-MG) afirmou que o governo federal incorre em crime de omissão e de responsabilidade ao não empregar o dinheiro arrecadado com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação das estradas federais. O parlamentar prevê que o governo irá recuperar as estradas mais proximamente à eleição presidencial de 2006, em "um comportamento frio e calculista de quem só pensa na próxima eleição e no poder". Mas, continuou, "os congressistas não podem se conformar com a lamentável situação das rodovias".

Para o senador, o governo parece não estar incomodado com as perdas materiais e humanas causadas pelo péssimo estado



ROOSEVELT PINHEIRO

Azaredo diz que o governo federal incorre em crime de omissão e de responsabilidade

das rodovias, o que, para ele, caracteriza grande despreço pela vida.

Azaredo também fez um balanço das conquistas do PSDB nas eleições municipais. Segundo o senador, o partido continua forte, coerente e responsável.

Heloísa quer debate sobre transposição do São Francisco

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu da tribuna que o governo federal coloque novamente em discussão o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

- Do jeito que está, o projeto é propaganda enganosa do governo, pois as águas serão levadas para irrigar a produção de frutas e cereais destinados à exportação, e não para amenizar a fome dos nordestinos - sustentou. Ela reafirmou que só 5% das águas transpostas serão usadas para abastecer vilas e cidades da região.

Para a senadora, o governo deveria providenciar o tratamento dos esgotos de 503 municípios que são jogados no leito do São



Heloísa Helena

Francisco e cuidar das nascentes do rio e de seus afluentes, proibindo o desmatamento desenfreado.

Heloísa Helena participou de uma missa no canyon do São Francisco, na divisa de Sergipe com Alagoas, onde

houve manifestações contra o projeto do Executivo.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o governo deveria priorizar a recuperação do Parnaíba antes de pensar em transposição do São Francisco. Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que qualquer obra a ser feita na região deve seguir as recomendações contidas do relatório da Comissão Especial do São Francisco.

País pode ter "apagão de infra-estrutura", alerta Papaléo

Ao analisar os números que apontam para crescimento econômico do país, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou para os problemas crescentes que apresentarão setores como armazenagem, portos, rodovias e energia elétrica. Segundo ele, o Brasil poderá enfrentar um verdadeiro "apagão de infra-estrutura" se não houver investimentos maciços e urgentes.

Papaléo citou o setor de transportes como o mais crítico, com rodovias no limiar de sua capacidade e ferrovias e hidrovias insuficientes, que podem se transformar num gargalo que irá impedir a continuidade do crescimento econômico do país.

O senador chamou a atenção

para a necessidade urgente de retomar os investimentos públicos. Ele lamentou que o governo pareça estar mais preocupado com o aumento do superávit fiscal, uma medida que sinaliza exatamente na direção contrária do aumento dos investimentos.

Para o parlamentar, as parcerias público-privadas podem representar um instrumento de financiamento no setor de infra-estrutura,

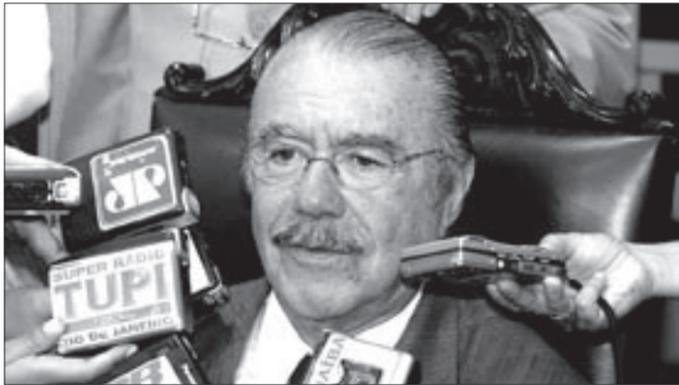
mas é preciso um amplo debate sobre o projeto, para impedir que uma parceria se transforme em "ação entre amigos".

Ainda em seu discurso, Papaléo elogiou o trabalho da Polícia Rodoviária Federal e recomendou que ela mantenha sua linha de atuação.



Papaléo Paes

Presidência



GERALDO MAGELA

Sarney: povo reconhece avanços econômicos e sociais do país

Sarney: eleição mostra aprovação ao governo

A expressiva votação recebida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no primeiro turno das eleições municipais mostra que o povo reconhece as conquistas econômicas e sociais obtidas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. A avaliação foi do presidente do Senado, José Sarney, que pregou a continuação do apoio de seu partido, o PMDB, à administração petista.

Para ele, que foi presidente da República na transição entre a ditadura militar e o regime democrático, as eleições municipais são uma prova da consolidação da democracia brasileira, já que cerca de 100 milhões de pessoas foram às urnas sem tumultos e sem o constrangimento da violência, embora ainda pare

sobre o sistema político a força do poder econômico.

- Seja como for, os eleitores tiveram fortalecida sua cidadania e têm mais condições de cobrar as promessas feitas pelos candidatos - afirmou o senador.

Sarney evitou fazer avaliações sobre cidades em particular, e em relação à vitória de Tadeu Palácio (PDT), em São Luís, ele disse que isso só confirma a tradição da cidade de eleger prefeitos da oposição. Mesmo tendo sido eleito pelo estado do Amapá, Sarney é o principal líder político maranhense. Informado de que analistas políticos têm visto o resultado das eleições como o fim de oligarquias políticas, o presidente do Senado rejeitou o rótulo de oligarca.

Gil pede apoio ao plano de cultura

Em visita ao Senado, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, pediu apoio do presidente José Sarney à proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Plano Nacional de Cultura. Sarney prometeu esforços para que a matéria seja levada a votação. A PEC 57/03, já aprovada na Câmara, define ações que promovam o patrimônio cultural brasileiro. Para o ministro, os senadores estão mais sensíveis à valorização e proteção da cultura.

Orçamento pela Internet

Representantes da Consultoria de Orçamentos do Senado e do Prodasen apresentaram ao presidente José Sarney um sistema de acesso *on-line* a informações do Orçamento da União sobre planejamento, fiscalização, controle e obras públicas. O Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga) estará disponível até o fim do mês para parlamentares e usuários como o TCU e o Ministério do Planejamento. Futuramente, estará aberto à sociedade.

Falta rigor no controle das ONGs?

As organizações não-governamentais que atuam na Amazônia defendem a unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional sobre a região? Essa questão é levantada pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), para quem o Brasil precisa fiscalizar com mais rigor o trabalho das

ONGs, danoso aos interesses econômicos e sociais do país, conforme o senador. Ao contrário de Mestrinho, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) considera que as ONGs não devem ser fiscalizadas com mais nem com menos rigor do que as demais entidades prestadoras de serviços

públicos. Segundo Fátima Cleide, as ONGs prestam importante serviço à sociedade em diferentes campos e incomodam os beneficiários da economia concentradora. Por isso, afirma a senadora, sofrem perseguição de grupos empresariais e políticos conservadores da Amazônia.

CÉLIO AZEVEDO



GILBERTO MESTRINHO

"Organizações difundem campanhas a serviço do *establishment*, que explora e domina os mercados de minérios e o madeireiro mundial"

"Basicamente, são organizações sem fins lucrativos e que objetivam contribuir para a erradicação das condições de vida desiguais e injustas"

JOSE CRUZ



FÁTIMA CLEIDE

SIM

País tem que evitar malefício contra o desenvolvimento da Amazônia

O Brasil precisa controlar melhor, e com mais rigor, a atuação das organizações não-governamentais, as ONGs, para não sofrer no futuro os malefícios de um trabalho que elas realizam contra o desenvolvimento da Amazônia, numa ação deletéria aos interesses nacionais.

As organizações não-governamentais na Amazônia se afirmam como defensoras da unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional sobre a região? Essa é a questão primordial, intrigante, quando se discute a atuação dessas organizações numa suposta defesa do meio ambiente da Amazônia, porque elas têm atuado até com o apoio e o entusiasmo do governo brasileiro, num processo de interação que me parece tratar-se de um compromisso internacional que o Brasil tem para agir assim.

A descoberta de grandes jazimentos minerais e a comprovada riqueza vegetal da Amazônia apavoraram os mercados internacionais, gerando a necessidade de esses mercados impedirem, a qualquer custo, o desenvolvimento da Amazônia. Surgiram supostos protetores internacionais e uma quantidade muito grande de organizações internacionais se reuniu para

"defender" a Amazônia. Vieram então notícias mentirosas sobre possíveis procedimentos danosos ao mundo que estariam ocorrendo na Amazônia.

No Brasil, com a falsa preocupação internacional em relação à Amazônia, foram montadas subsidiárias dessas organizações, prejudiciais aos nossos interesses econômicos e sociais, porque passaram a noticiar acontecimentos terríveis em relação à Amazônia; começaram a difundir campanhas a serviço do *establishment*, que explora e domina os mercados de minérios e o madeireiro mundial. Por outro lado, esses organismos não criam identificação alguma com a realidade brasileira e nem com a questão ambiental quando se fala em Amazônia.

É verdade que existem boas organizações não-governamentais, mas quase todas que dizem dedicar-se à questão ambiental ou à indígena defendem outros interesses que não são os do país, não são os interesses da Amazônia, pois nenhuma delas sugere uma forma de gerar emprego. E o pior: fazem escândalo, inclusive programado, na televisão e nos jornais do mundo.

É preciso fiscalizar com rigor a ação das ONGs no Brasil e, principalmente, na Amazônia. É uma questão nacional!

"Riqueza da Amazônia apavora os mercados internacionais"

NÃO

Incômodo para quem se beneficia da ausência de controle social

Não, as organizações não-governamentais não devem ser fiscalizadas com mais nem menos rigor do que as demais entidades prestadoras de serviços públicos. Elas devem ser fiscalizadas com o devido rigor e na justa medida de sua conduta. Considero oportuno atentar para os termos usados corriqueiramente nos debates que se travam nesta Casa quanto às ONGs e gostaria de contribuir com algumas considerações que julgo importantes para acertarmos os pingos nos is.

Inicialmente, é necessário esclarecer que ONG não é um conceito exato nem unânime. No entanto, há características comuns que as identificam: basicamente, são organizações formais, sem fins lucrativos, com certo grau de autonomia e que objetivam contribuir para a erradicação das condições de vida desiguais e injustas. Historicamente, as ONGs transcenderam o assistencialismo e passaram a funcionar também como grupos de pressão nos processos de decisões políticas governamentais.

A Constituição federal reconhece o valor dessas organizações em vários dispositivos que tratam de sua participação na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas.

Embora não exista norma legal específica que condicione o funcionamento das ONGs, elas estão sujeitas à mesma responsabilização que os particulares em geral. E, quando operam com recursos públicos, estão sujeitas à vigilância do Ministério Público e ao controle externo da administração.

Muitas ONGs têm prestado importante serviço à sociedade em diferentes campos – embora, naturalmente, não estejam livres do risco de errar. Se vez por outra se noticiam ilicitudes promovidas por falsas ONGs, é também verdade que esses episódios têm sido raros e quase sempre são denunciados por iniciativa de ONGs idôneas.

Faço a ressalva porque essas organizações incomodam os que tradicionalmente se beneficiam da economia concentradora, do Estado patrimonialista e da ausência de controle social. Especialmente entre grupos políticos e empresariais conservadores na Amazônia, tal situação tem resultado em difamações e perseguições políticas contra organizações de meritória atuação social. Insisto: as ONGs não devem ser fiscalizadas com mais rigor. Elas devem ser tratadas com o devido rigor e com justas medidas. E, para isso, nossa legislação é o suficiente, falta-nos aprimorar o seu fiel cumprimento.

"ONGs funcionam como grupos de pressão nos processos de decisões políticas"



Voz do Leitor

AGENTES DE SAÚDE

“Sugiro a criação de um projeto de lei que conceda aos agentes de saúde o direito de serem efetivados.”

Balbino Benjamim Pereira Cabral, de Alegre (ES)

LEI DE BIOSSEGURANÇA

“Parabéns a todos os que fazem o **Jornal do Senado**. Comecei a recebê-lo há pouco tempo e fiquei admirado com a qualidade das informações. A reportagem sobre a Lei de Biossegurança (edição nº 2.007, de 13 a 19 setembro) é um bom exemplo do estilo de matéria que os jornais diários precisam fazer para sobreviver na era da Internet. Informação em profundidade, vários enfoques e texto leve e agradável. Parabéns!”

Gilson Monteiro, de União dos Palmares (AL)

ESTATUTO DO IDOSO

“Senador Paulo Paim, seu projeto em defesa do idoso foi realmente muito bom, mas infelizmente os empresários ganharam na Justiça o direito de não conceder passagens gratuitas para pessoas idosas.”

Anísio Bezerra de Lima, de Navegantes (SC)

SEGURANÇA PÚBLICA

“Como presidente do Conselho de Segurança da

Comunidade e Escolas do Grande Garcia, de Blumenau (SC), sugiro aos senadores a apresentação de um projeto de lei para divulgação dos rostos dos principais bandidos, para que as pessoas possam reconhecê-los e denunciá-los.”

Lorival Custodio, de Blumenau (SC)

EXPLORAÇÃO SEXUAL

“Senadores, é preciso reunir esforços para garantir o direito à vida das nossas crianças e adolescentes, que estão sendo usadas como mercadorias em prostíbulos espalhados por todo o país. Nosso Brasil tem uma das mais belas paisagens que já vi, e mesmo assim somos alvo do turismo sexual.

Sei da complexidade do problema, mas precisamos tomar as rédeas nas mãos e dar um basta nesse descalabro. A busca de um equilíbrio social faz-se necessária urgentemente, mesmo que para isso conclamemos todo o país para construir solução viável.”

Luiz Oliveira da Silva, de Cruzeiro (SP)

TARIFA DE TELEFONE

“Acho um absurdo pagar R\$ 34,44 pela tarifa básica mensal da telefonia. O correto é pagar só pelo consumo.”

José Pedro Rodrigues, de Sarandi (PR)

IMPERÍCIA MÉDICA

A Associação das Vítimas de Imprudência, Negligência e Imperícia Médica (Asvime) informa aos leitores do **Jornal do Senado** que é uma entidade sem fins lucrativos e tem por objetivo orientar as vítimas nas causas que envolvem o exercício profissional nas áreas médica, farmacêutica e odontológica. A sede da Asvime fica na Rua Felipe Schmidt, 390 - Galeria Comasa, Sala 406. 88010-902 Florianópolis (SC). Telefone: (48) 224-4367. E-mail: asvinimc@starmedia.com

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Pergunte ao Senador

TAXA BANCÁRIA E PENSÕES

Vicente Paulo, de Diamantina (MG)

“Gostaria de saber por que o governo federal permitiu que os pensionistas com um salário baixo pudessem abrir contas correntes para receber sua pensão e não aboliu as inúmeras tarifas bancárias que a impedem de manter uma conta corrente.”

O senador Aelton Freitas (PL-MG) responde:

O governo, na verdade, já oferece opções para que os pensionistas fiquem livres de tarifas bancárias. Todos os benefícios da Previdência Social podem ser pagos por meio de cartão magnético não vinculado à conta corrente bancária. Nesse caso, não há nenhum ônus para o beneficiário, que poderá, com a posse do cartão, sacar seu benefício no banco indicado pelo INSS. Nem mesmo a CPMF será cobrada, pois o benefício será acrescido do valor da CPMF de forma a não diminuir o valor original. Entretanto, existem beneficiários que optam por ter seu benefício pago mediante depósito em conta corrente bancária de sua titularidade. Nesse caso, é claro, o beneficiário ficará sujeito às regras de seu banco, mas, mesmo assim, não terá que pagar a CPMF. Tal medida foi tomada com o objetivo de facilitar o recebimento pelos beneficiários que já fossem possuidores de conta bancária.



ROOSEVELT PINHEIRO

REAJUSTE PARA APOSENTADOS

Edilson de Araújo, de João Pessoa (PB)

“Senador, como ficará o reajuste para o próximo ano (2005) dos aposentados que recebem acima de um salário mínimo?”

O senador Paulo Paim (PT- RS) responde:

“Caro Edilson, nossos princípios continuam os mesmos. A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica da nossa vida pública. Em todos os projetos de nossa autoria sempre vinculamos o salário mínimo aos benefícios de aposentados e pensionistas que recebem mais do que o mínimo. Muitas vezes o governo (governos sucessivos) cede e estende o benefício, em outras vezes, não. Temos um projeto (PLS 58/03) que garante a vinculação definitiva. A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) tem recolhido milhares de assinaturas em apoio a esse projeto. Continuaremos lutando para que o índice de reajuste dado ao salário mínimo seja estendido a todos os aposentados e pensionistas.



ROOSEVELT PINHEIRO

Frases

“A autorização de pesquisas com células-tronco de embriões é ilegal e inconstitucional, já que o nosso sistema legislativo protege a vida desde a concepção”

Flávio Arns, condenando dispositivo da Lei de Biossegurança que permite o uso de embriões em pesquisas, desde que tenham três anos de congelamento na data de publicação da lei.

“O Brasil não pode ficar amarrado a tantos e complexos assuntos que não têm nada a ver com a vida, a ciência e o respeito à dignidade humana”



Mozarildo Cavalcanti, ao criticar barreiras filosóficas, ideológicas e religiosas para realização de pesquisas com embriões.

“Esse instituto tem errado feio e teve no passado que fazer correções quatro vezes em suas projeções”

Ideli Salvatti, contestando dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário de que o governo teria aumentado a carga tributária.

“É o primeiro pleito do PT rico”



José Jorge, apontando desigualdades de recursos entre o Partido dos Trabalhadores e as demais siglas nas eleições municipais.

“Não queremos passar da condição de oprimidas para a de opressoras”

Serys Shlessarenko, destacando a colaboração masculina ao anunciar o nome do senador Aelton Freitas para a vice-presidência da Comissão Especial do Ano da Mulher 2004.

“A reunião do Cade foi clandestina, ilegal e fora do prazo”

Gerson Camata, sobre decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica que determinou a venda da indústria de chocolates Garoto pela Nestlé.

Foto da Semana

Ofensa a princípios religiosos para uns, esperança para outros. A polêmica em torno da pesquisa com células-tronco esteve à altura do interesse do público que compareceu à sessão do Senado na quarta-feira para acompanhar a votação da Lei de Biossegurança, na qual esse tipo de pesquisa é normatizado.



06/10/2004 - CÉLIO AZEVEDO

Crianças tomam conta da Rádio Senado

A Rádio Senado preparou uma programação especial para celebrar o Dia da Criança, que é comemorado no dia 12. No seu dia, os "baixinhos" vão tomar conta da emissora, apresentando programas, anunciando músicas e defendendo seus direitos.

Além disso, um programa especial vai discutir a situação atual e as perspectivas da criança brasileira. A atração, que vai ao ar na terça-feira (dia 12), às 10h e às 16h, traz ainda o melhor da música popular infantil.

Na quinta-feira, às 23h, o *Escala Brasileira* entrevista o músico Carlinhos Antunes. Violonista, compositor e arranjador, ele se define como um cigano da música. "Sinto que é importante viajar e, além de conhecer outros lugares, ter contato com outros sons. Desde cedo comecei esse tipo de intercâmbio. Primeiro

rodei esse imenso Brasil, depois morei cinco anos na Europa. Penso que tudo isso está refletido nesse trabalho", diz Antunes.

Nos seus 25 anos de carreira, já atuou em países como Marrocos, Peru, Nicarágua, Holanda, Cuba, França, Inglaterra, entre outros. Possui três discos gravados: *Mundano* (2003) e *Paisagem Bailarina* (2001), ambos pela Lua Discos, e *Samambaia Quinteto* (1992), gravado na Espanha. O trabalho de Antunes também é destaque do programa



ma *Brasil Regional*, no domingo, às 8h.

Ainda durante o fim de semana, a rádio apresenta interpretações de Olívia Hime para as canções *Tristeza e Solidão*, de Baden Powell e Vinícius de Moraes; *Estrada Branca*, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes; *Morro Dois Irmãos*, de Chico Buarque, entre outras. A cantora participa do programa *Música Erudita e Seus Mestres*, sábado, às 11h, e domingo, às 15h.

Já o programa *Autores e Livros*, no domingo, às 9h, comenta a obra *O Negro no Mercado de Trabalho*, de autoria do diretor da Fundação Palmares, Zulu Araújo. Mais detalhes sobre a programação da Rádio Senado são

encontrados em www.senado.gov.br/radio.

Grupo formado por Jacob do Bandolim na TV

O conjunto Época de Ouro, formado por Jacob do Bandolim na década de 60, é o destaque do *Espaço Cultural*, que a TV Senado apresenta no sábado, às 21h30, e no domingo, às 14h30. A programação musical da TV traz ainda o quinteto de sopros Brasília Ensemble, convidados do *Conversa de Músico*. Bojin Nedialkov no oboé, Ariadne Paixão na flauta, Renata Menezes na clarineta, Fernando Moraes na trompa e Flávio Figueiredo no fagote apresentam arranjos e composições de música clássica e popular brasileira na sexta, às 21h30, com reprises no sábado, às 14h30, no domingo, às 20h, e na próxima segunda-feira (dia 18), às 19h.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Conservar livros é brincadeira de criança

DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR

Ensinar às crianças o amor e o cuidado pelos livros é um dos objetivos da obra *De Como Todas as Histórias do Mundo Podem Escapar dos Monstros do Esquecimento*, editada pelo Senado Federal. Profissionais da área de conservação e documentação, as autoras Celina Calvalcante, Eliana Lobo e Emilian Brandão se dirigem ao público infanto-juvenil para compartilhar o gosto e o interesse pelas técnicas de conservação e restauração de documentos.

Vê-se já pelo título que criatividade não lhes faltou para alcançar o objetivo de ensinar, divertindo. Inspirada também foi a idéia de apresentar paralelamente duas histórias: a vivida pela protagonista e a narrada no livro lido por ela, o que só foi possível graças à edição cuidadosa e atraente, e a ilustrações que certamente vão agradar ao público.

Um dos personagens centrais da história, o Ari Talimpo, começa misterioso na trama, mas vai, aos poucos, conquistando a todos com suas lições sobre cuidados com os livros. Da mesma forma, as técnicas de conservação vão se revelando aos leitores mirins como cuidados simples que todos devem ter para que os livros durem para sempre.

Além de ensinar a cuidar dos livros, as autoras narram a evolução da escrita e buscam despertar nas crianças o gosto pela leitura. Acompanha a obra um caderno de atividades, para que seus leitores ponham em prática o que aprenderam com Ari Talimpo.

As autoras trabalham no Arquivo Nacional. Celina Cavalcante foi técnica em restauração da UnB e restauradora na Biblioteca do Palácio do Planalto. A arquiteta Eliana Lobo especializou-se na Itália e estagiou no Canadá e em Paris. Emilian Brandão estagiou em Portugal e coordenou o Núcleo de Recuperação de Obras Raras da Imprensa Nacional.

Daniilo A. B. de Aguiar é consultor legislativo do Senado. O livro *De Como Todas as Histórias do Mundo Podem Escapar dos Monstros do Esquecimento* custa R\$ 30 e pode ser adquirido pelo endereço livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-2211

ESPECIAL



Estudantes do Colégio Lyons Clube de Goiânia chegam animados para a visita

O dia em que os meninos foram ao Congresso

Quando os ônibus escolares chegaram, um grupo de 400 estudantes desceu trazendo a expectativa de conhecer o prédio do Congresso Nacional, centro das decisões políticas do país. A visita dos alunos do Colégio Lyons Clube de Goiânia, realizada sexta-feira, fez parte da programação que a Câmara dos Deputados desenvolveu para celebrar a semana da criança. Os meninos e meninas estavam animados para o dia de visitas que tinham pela frente. O clima ensolarado fez com que contemplassem o espelho d'água em frente ao Congresso de forma lúdica. "Ao ver o azul da água nesse calor, deu vontade de entrar. Já tinha visto pela televisão, mas de perto é muito mais bonito", diz a aluna Mayanna Soares

Pires, 14 anos, idade média das crianças presentes no passeio.

No momento em que chegaram, elas tiveram a oportunidade de lanchar cachorro-quente com refrigerante e conversar. "O pessoal foi muito legal com a gente", constatou a aluna Larissa Thaís Dias, referindo-se à equipe de Relações Públicas do Congresso. As boas-vindas dos anfitriões combinaram com a criatividade fértil dos meninos. "A rampa do Congresso parece uma pista de skate e o espelho d'água parece uma piscina", diz Marcion Teixeira. Benjamin Garcia gostou da sensação de liberdade do ambiente fora da sala de aula.

"Quanta coisa para um dia só"

Os desenhos de Oscar Nie-

meyer não foram esquecidos. "A arquitetura é muito moderna", afirma Bruno Branquinho. Mas o espelho d'água parece ter sido mesmo a maior atração do evento. "O efeito da água é incrível", completa Bruno.

Quando entraram no Salão Negro, as impressões foram as mais variadas. "A parede de mármore é muito chique. Os escritos na parede são furados e lembram brasões", diz Marcion. Os meninos levaram câmera fotográfica para poder registrar o Congresso em filme. Na hora H, viram que não tinham levado pilha e foram correndo à banca de revistas, passando pela Chapelaria, para comprá-la. "Quanta coisa para um dia só. Vamos ficar pouco tempo aqui e o melhor é aproveitar", comentaram os amigos.

Conheça o Congresso

Sentimento da infância com fome, na obra de Nancy Safatle

As crianças brasileiras de todas as raças é o tema central de *Pátria Amada*, quadro da artista goiana Nancy Safatle, residente em Brasília. "Com tantas crianças carentes passando fome no país, a inspiração artística veio do fato de que a Casa do povo deveria ter, em forma de retrato, o sentimento da realidade brasileira", afirma Nancy. O quadro, que faz parte do acervo do Congresso Nacional, está exposto na Presidência da Câmara dos Deputados.

Nancy doou a obra para a exposição *Quórum do Congresso*, que teve a participação de 16 artistas. Segundo ela, a proposta do quadro é de gerar reflexões e ações. "É um trabalho engajado socialmente. Sei que o tema está batido, mas é isso aí, esta é a realidade e o quadro serve para chamar a atenção dos políticos", diz.

O quadro Pátria Amada "serve para chamar a atenção dos políticos"

A referência para o título da obra - *Pátria Amada* - é o Hino Nacional. Não é a primeira vez que Nancy utiliza a letra de Joaquim Osório Duque Estrada. Na exposição *Dos filhos*



desse sol é mãe, no Consulado Brasileiro na Alemanha, Nancy decidiu omitir a palavra gentil

que finaliza esse trecho. "Às vezes, a Pátria não é tão gentil", explica a artista.

A obra está exposta na Câmara dos Deputados (61 216-1771)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do

Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



"Eu lavo, passo, cozinho, mas não ganho um salário"

"Eu trabalhava na casa da dona Estela há mais de dois anos. Ela me trouxe do interior para estudar e dar uma ajuda na casa. Todo mês ela mandava uma cesta básica pra minha família e, às vezes, um dinheiro para ajudar lá em casa. Tenho muitos irmãos pequenos e meus pais trabalham na palha de cana. Tem dia que a comida é tão pouca que o jeito é chupar cana para matar a fome. Na casa da dona Estela, eu fazia de tudo: lavava, passava e cozinhava o que a patroa me ensinava. Também cuidava da filha dela, que era quase da minha idade. Eu tenho 14 anos e sou muito magra e baixinha. O pessoal olha pra nós duas e pensa até que eu sou mais nova que a filha da dona Estela. Deve ser por isso que eu não ganho um salário. Um dia, quando eu *tava* limpando a sala, quebrei um jarro caro da patroa. Eu disse que foi sem querer, que era muito pesado e minha mão *tava* molhada, mas não adiantou. Ela não gostava mesmo da minha comida, aí ela me mandou de volta, sem nada. Foi melhor mesmo, porque eu prefiro comer cuscuz com ovo do que aquele negócio que ela adora. Acho que é *estragonofi*. Não, *estragonofe*, sei lá, aqueles pedacinhos de carne com um molho de creme de leite que eu sempre cozinhava demais" - *Menina de 14 anos, do Recife (PE)*. Retirado da cartilha *Elas não brincam em serviço*, de 2003, do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social.



Cartaz da Campanha Nacional pelo Fim do Trabalho Infantil Doméstico promovida pela OIT

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Art. 227 da Constituição federal

Trabalho precoce rouba a infância brasileira

O trabalho infantil ainda é parte da realidade brasileira, apesar de ser proibido por lei e estar na agenda política como um dos problemas mais vergonhosos do país. Dados de 2001, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que existem mais de 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalhando, o que representa 8,5% da população brasileira nessa faixa etária. Outro levantamento

mostrou que cerca de 500 mil crianças trabalham como domésticas no Brasil, em sua maioria meninas negras e mestiças.

Esses pequenos trabalhadores podem ser encontrados em todas as regiões, nas áreas urbanas e rurais e em todo tipo de atividades. Nas plantações, nos lares, cuidando de outras crianças, vendendo drogas, balas, fazendo malabarismo nas ruas ou, ainda pior, sendo exploradas sexualmente.

Os prejuízos são incalculáveis para eles e para o país. Para estudiosos, a pobreza, a má distribuição de renda, a baixa escolaridade e a questão cultural são os maiores obstáculos para se combater o problema.

Em homenagem ao Dia da Criança, o *Especial Cidadania* traz, além da legislação, informações sobre os órgãos que devem ser procurados para auxiliar no combate à exploração de mão-de-obra infantil.



Adolescentes aplicam agrotóxicos sem proteção em lavoura de cana em Alagoas

Denuncie a violação dos direitos das crianças

Para fazer uma denúncia sobre violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, procure o Conselho Tutelar e/ou a Delegacia Especializada em Crimes contra Crianças e Adolescentes. Nas cidades onde esse atendimento especializado não foi instituído, procure a delegacia de polícia mais próxima. O cidadão pode ainda procurar o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de seu estado; a Procuradoria Regional do

Trabalho; o Conselho Municipal ou Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Delegacia Regional do Trabalho; a Promotoria da Infância e do Adolescente; a Vara da Infância e do Adolescente; ou os órgãos do governo ligados à proteção da criança e do adolescente, como a Secretaria de Ação Social. Além do poder público, são inúmeras as organizações da sociedade civil que trabalham em prol das crianças.

Em casos de exploração sexual infanto-juvenil, as denúncias podem ser feitas pelo telefone 0800 99-0500, de segunda a sexta das 8h às 22h. Nos finais de semana o atendimento é eletrônico.

Informações sobre crianças e/ou adolescentes desaparecidos devem ser dirigidas à Delegacia Especializada em Crimes contra Crianças e Adolescentes e/ou por meio do site do governo: www2.mj.gov.br/desaparecidos.

Informações

Ministério Público do Trabalho (MPT)
Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente
Tel.: (61) 314-8569
www.pgt.mpt.gov.br/trab_inf

MPT nos estados

Rio de Janeiro: 0800 22-1331
www.prt1.mpt.gov.br/
São Paulo: 0800 11-1616
www.prt2.gov.br
Minas Gerais: 0800 702-3838
www.prt3.gov.br
Rio Grande do Sul: (51) 3284-6200
www.prt4.mpt.gov.br
Bahia: 0800 71-0990
www.prt5.mpt.gov.br
Pernambuco: (81) 3427-4070
www.prt6.gov.br
Ceará: (85) 264-3555
www.prt7.mpt.gov.br
Pará: 0800 91-6060
www.prt8.mpt.gov.br
Paraná: (41) 304-9000
www.prt9.mpt.gov.br
Distrito Federal e Tocantins: (61) 340-7939 www.prt10.mpt.gov.br
Amazonas e Roraima: (92) 622-2080
www.prt11.mpt.gov.br
Santa Catarina: (48) 251-9900
www.prt12.mpt.gov.br
Paraíba: (83) 241-7755
www.prt13.mpt.gov.br
Rondônia e Acre: (69) 224-1642
www.prt14.mpt.gov.br
Maranhão: (98) 235-2627
www.prt16.gov.br
Espírito Santo: (27) 3345-4500
www.prt17.mpt.gov.br
Goias: (62) 275-2700
www.prt18.mpt.gov.br
Alagoas: (82) 325-6666
www.prt19.mpt.gov.br
Sergipe: (79) 255-2368
www.prt20.mpt.gov.br
Rio Grande do Norte: (84) 206-2806
www.prt21.gov.br
Piauí: (86) 221-2133
www.prt22.mpt.gov.br
Mato Grosso: (65) 613-9100
www.prt23.mpt.gov.br
Mato Grosso do Sul: 0800 647-5566
www.prt24.mpt.gov.br

OUTROS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tel.: (61) 313-1822 e (61) 313-1553
www.desenvolvimentosocial.gov.br

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) Tel.: (61) 313-1045

Ministério do Trabalho
Tel.: 0800 61-0101 (regiões do Sul e o Centro-Oeste, mais os estados do Acre e Rondônia) e 0800 285-0101 (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e demais localidades) - www.trabalho.gov.br

Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança Gab. da senadora Patrícia Saboya
Tel.: (61) 311-2301
www.senado.gov.br/web/senador/Patriciasaboyagomes/index.htm

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
Tel.: (61) 429.3525/conanda@mj.gov.br
www.presidencia.gov.br/sedh/conanda/

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Tel.: (11) 3069-0699
www.fundabrinq.org.br

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - Isa Maria de Oliveira - Secretária Executiva
Tel.: (61) 429-3880
forum.nacional@mj.gov.br

Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) Tel.: (61) 322.6508
www.andi.org.br

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Tel.: (61) 2106-4600 www.ilo.org/brasil

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
Tel.: (61) 3035-1900 - Fax: (61) 349-0606
www.unicef.org/brazil

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Tel.: (11) 3068-8539
ethos@ethos.org.br / www.ethos.org.br

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús (Cedeca-Emaús)
Tel.: (91) 241-7007 e (91) 224-7967
cedecaemaus@uol.com.br

Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec)
Tel.: (81) 3231-3654
cendhec@terra.com.br

Cidadania
www.cidadania.org.br

Trabalho Infantil
www.trabalhoainfantil.org.br

Lei do Aprendiz
www.leidoaprendiz.org.br

Lei do Aprendiz beneficia adolescentes e empresas

A legislação brasileira proíbe expressamente o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, quando é permitido a partir dos 14 anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal).

O trabalho, inclusive o doméstico, só é permitido a partir dos 16 anos, desde que não traga prejuízos à integridade física, psíquica, emocional e moral do

adolescente, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 67 da Lei 8.069/90). Devem ser garantidos todos os direitos trabalhistas, como assinatura da carteira de trabalho; recebimento de salário nunca inferior ao mínimo; repouso semanal remunerado; férias; décimo terceiro, entre outros. É proibido o trabalho noturno e aquele com jornadas longas, que

dificulte o acesso à escola.

A Lei do Aprendiz, 10.097/00, consolida as disposições da Constituição brasileira, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dando nova regulamentação à aprendizagem. A lei obriga todas as empresas de médio e grande porte a contratar aprendizes em número equivalente a 5%

no mínimo e 15% no máximo do seu quadro de funcionários, cujas funções demandem formação profissional. Podem ser beneficiados adolescentes de 14 a 18 anos incompletos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental. A aprendizagem compreende formação técnico-profissional e se caracteriza por atividades teóricas e práticas.